



CHRONICA DA PROVINCIA DO BRASIL
PELLO P. SIMAM DE VASCONCELLOS

Em busca do paraíso perdido: a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* de Simão de Vasconcellos, S.J.

Publicada pela primeira vez em 1663, a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*¹, do jesuíta Simão de Vasconcellos (1597-1671), foi reeditada apenas em 1865². Da biografia do autor conhecem-se alguns aspectos fundamentais, sobretudo em termos de enquadramento cronológico — das datas de nascimento e morte às principais funções desempenhadas —, mas desconhecem-se, todavia, no sentido em que não estão sistematicamente estudados, de que percursos e orientações se teceu a sua vida, em momentos tão complexos do ponto de vista da política nacional e de orientações da Companhia de Jesus, circunstância que torna este contemporâneo do Padre António Vieira uma figura algo enigmática. Sabemos, apesar de tudo, que Simão de Vasconcellos nasceu no Porto, em 1597, viajou ainda criança para a Baía, ao tempo capital das possessões portuguesas na América, ingressando na Companhia de Jesus em 1616³, com dezanove anos de idade. Foi professor de letras humanas, filosofia, teologia especulativa e moral, no conhecido colégio da Baía, depois de aí ter sido aluno. Terminado o período filipino, regressou a Portugal, em 1641, integrado na embaixada da Restauração, juntamente com o Padre António Vieira, quando o governador da Baía, António Telles da Silva, veio prestar homenagem ao novo rei, viajando depois para

¹ *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil: E do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil & dos fundamentos que nellas lançarão, & continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida e morte digna de memoria: e algumas noticias antecedentes curiosas, & necessarias das cousas daquelle Estado, pello Padre Simão de Vasconcellos da mesma Companhia. Natural da Cidade do Porto, Lente que foi da Sagrada Theologia, 6 Provincial do dito Estado.* Lisboa. Na Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor delRey N. S. Anno M.DC.LXIII.

² Em rigor existem duas edições: uma impressa no Rio de Janeiro, em 1864, bastante defeituosa e incompleta, e outra, em Lisboa, em 1865. A edição de 1865 compreende dois volumes, apresentados umas vezes em conjunto, outras separadamente. Trata-se de uma publicação preparada por Inocêncio Francisco da Silva que a justifica apontando a "quasi extrema raridade a que tem chegado entre nós os exemplares da *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil...* e o elevado preço a que subiram modernamente os poucos que a casualidade trouxe ao mercado dos livros" («Advertência Preliminar»). Esta edição reproduz, nas palavras de Inocêncio, e para além das actualizações ortográficas e da restituição de "alguns logares do texto, em que eram manifestas e evidentes as incorrecções typographicas [...] fiel e escrupulosamente [...] a edição primitiva de 1663" («Advertência Preliminar»). Acrescenta, contudo, à edição de 1663, um apêndice constituído por sete cartas do Padre Manuel da Nóbrega dirigidas a Simão Rodrigues (três), aos Padres da Província de Portugal (duas), a D. João III (uma), ao Cardeal D. Henrique (uma). Cito a partir da edição preparada por Inocêncio.

³ Vieira ingressou no curso de Humanidades, no mesmo colégio da Baía, em 1615 e aí foi admitido ao noviciado em 1623.

Roma, como Procurador da sua Província, funções que abandonou quando se tornou Provincial entre 1652 e 1658. Julga-se que terá voltado a Lisboa por 1662, provavelmente por assuntos que se prendiam com a edição da crónica em causa⁴ ou eventualmente com os controversos acontecimentos de 1661⁵, e que deverá ter regressado definitivamente ao Brasil, em 1663, tendo morrido em 1671, de apoplexia, aos 74 anos de idade⁶. De entre os diferentes cargos que ocupou, dentro da Companhia, destacam-se os de Vice-Reitor do Colégio da Baía e de Reitor do Colégio do Rio de Janeiro e o de Provincial, factores que lidos em conjunção com a anterior actividade docente evidenciam uma figura de alguma relevância, simultaneamente do ponto de vista intelectual e de funções desempenhadas. Pode suspeitar-se, na ausência de fontes directas, da sua formação intelectual, desenvolvida no colégio da Baía, na medida em que o programa preconizado pela *Ratio Studiorum*, nos anos em que estudou Simão de Vasconcelos, já resultante das reformulações que o Geral Acquaviva fez imprimir em 1598, se estendia a todos os estabelecimentos de ensino da Companhia⁷. De resto, o Padre Vasconcelos não redigiu apenas a *Chronica da*

⁴ Muito provavelmente com problemas levantados pela edição das *Noticias das Cousas do Brasil* que oportunamente explicitarei.

⁵ Na sequência da lei de 9 de Abril de 1655 sobre a liberdade dos índios, em cuja elaboração o P. António Vieira havia tido peso significativo, surgiram enormes conflitos que se foram agudizando até aos motins do Maranhão e do Pará. Entre 1658 e 1660, Vieira escreveu uma espécie de estatuto interno das missões da Companhia de Jesus no Maranhão, Pará e Amazónia, denominado «Regulamento das aldeias». Quando a Câmara do Pará insistiu em recrutar escravos, Vieira opôs-se e, como é sabido, foi preso e compelido a regressar a Lisboa. Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa-Rio de Janeiro, 1938, IV, 54-62 e 106-124; Jorge COUTO, *Estratégias e métodos de missão dos jesuítas no Brasil in A Companhia de Jesus e a missão no Oriente*, «Actas do colóquio internacional promovido pela Fundação Oriente e pela revista Brotéria», Lisboa, 2000, 65-83.

⁶ Pelo que diz respeito à vida do Padre Simão de Vasconcelos, os diferentes repertórios bibliográficos, de Diogo Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, 1741-1759 (Coimbra, 1965-67), Tomo III, 724) a Carlos Sommervogel (*Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Bruxelles — Paris, 1890-1909), de Nicolás António (*Bibliotheca Hispana Nova*, Madrid, 1783; Madrid, 1996, 289), e Antonio de Leão Pinello (*Epitome de la Biblioteca Oriental, Occidental, Náutica y Geográfica*, Madrid, 1629) a Inocêncio (*Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, 1854, 286-287), repetem-se, relatando o nascimento no Porto, a viagem de tenra idade para a Baía, a entrada na Companhia de Jesus aos 19 anos, a passagem como aluno e mestre pelo Colégio desta cidade, a vinda para Portugal em 1641 e a ida para Roma como Procurador da sua Província.

⁷ Sobre as diferentes versões da *Ratio Studiorum* podem ver-se, no conjunto de uma ampla bibliografia, os vários estudos integrantes do volume *La 'Ratio Studiorum'. Modelli culturali e pratiche educative dei Gesuiti in Italia tra Cinque e Seicento*, (a cura di G. P. BRIZZUOLI), Roma, 1981; Francisco RODRIGUES, *A formação intelectual do Jesuíta. Leis e factos*, Porto, 1917 e a introdução de C. LABRADOR, M. BERTRÁN-QUERA, A DIEZ ESCANCIANO, J. MTNEZ de la ESCALERA que acompanha a tradução da *Ratio* pelo que respeita à parte *Studiorum Inferiorum* intitulada *La 'Ratio Studiorum' de los jesuítas*, Madrid, 1986. Em relação ao lugar da retórica nas

Companhia de Jesu no Estado do Brasil e as *Noticias curiosas e necessarias das cousas do Brasil*. Pertencem-lhe ainda a *Vida do Padre João de Almeida, da Companhia de Jesu, na provincia do Brasil* (1658)⁸, a *Continuação das maravilhas que Deus he servido obrar no Estado do Brasil, por intervenção do mui religioso e penitente servo seu, o veneravel Padre João de Almeida, da Companhia de Jesu* (1662)⁹, um *Sermão que pregou na Bahia em o 1º de Janeiro de 1659, na festa do nome de Jesu*¹⁰ (1663) e a *Vida do veneravel Padre Joseph de Anchieta, da Companhia de Jesu, thaumaturgo do novo mundo na provincia do Brasil*¹¹ (1672).

Curiosamente, apesar de companheiros na viagem do Brasil para Portugal, em 1641, fazendo parte da denominada embaixada da Restauração, o Padre António Vieira [1608-1697] — que com ele certamente privou no colégio da Baía —, refere-se-lhe apenas duas vezes, no amplo conjunto das suas *Cartas*¹², embora nas alusões aí contidas possa ler-se alguma proximidade, algo indefinida, porém, entre ambos. Na primeira, inserida numa carta a Duarte Ribeiro de Macedo, escrita em 3 de Janeiro de 1679, posterior, portanto, à morte de Simão de Vasconcelos, versando a complexa questão da chamada «conjuração papista», Vieira discorda de tanto sigilo, frisando que teve notícias de uma carta recebida por Simão de Vasconcelos, lida por este, em segredo, ao padre confessor e que para todas estas cautelas lhe «falta a paciência»¹³. Na segunda, aliás primeira do ponto de vista cronológico, endereçada ao «Padre Provincial do Brasil», em 1 de Maio de 1660, o renomado pregador discute alguma especificidade da missão da serra de Ibiapaba e diz ter recebido uma

diferentes versões da *Ratio* e aos «manuais» utilizados, v. Aníbal Pinto de CASTRO, *Retórica e teorização literária do Humanismo ao Neoclacismo*, Coimbra, 1973, 31-81, Marc FUMAROLI, *L'Âge de l'éloquence*, Genève, 1980, 392-423.

⁸ Em Lisboa, na Oficina Craesbeckiana (folio). A obra está dedicada a «Salvador Correa de Sá e Benevides, dos Conselhos de Guerra e ultramarino de Sua Magestade».

⁹ Folio de 16 páginas sem numeração, em Lisboa, na Oficina de Domingos Carneiro.

¹⁰ Lisboa, na Oficina de Valente Henrique de Oliveira (*in-quarto* de 20 páginas).

¹¹ Edição póstuma, em Lisboa, na Oficina de João da Costa (folio; volume constituído por XXXI-593 páginas, seguido, com nova numeração e rosto solto, pelas 95 páginas da *Recopilação da vida do Padre José de Anchieta*). Na citada «Advertência preliminar» que Inocêncio Francisco da Silva após à edição de 1865, afirma que «Os exemplares de todas estas obras competem entre si em raridade: poucas vezes se deparam de venda: e os que apparecem acham promptos compradores, e pagam-se por preços proporcionalmente subidos.».

¹² Padre António VIEIRA, *Cartas*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, tomo III, 348 e 750.

¹³ «Li a carta que torna com esta com admiração e lástima. Simão de Vasconcelos teve outra, que deve ser mais moderna, e refere ainda maiores apertos e trabalhos. Deu-me esta notícia o padre confessor, a quem ele a leu em segredo, e para todas estas cautelas me falta a paciência, quando os avisos deviam vir em direitura a quem muito os estimasse e agradecesse, e no carácter desse salvo-conduto às cartas» (A. VIEIRA, *Cartas*, ed. cit., 348).

carta de Simão de Vasconcelos, onde este afirma achar-lhe «escusa» em ter escrito para o Pará pedindo que se suspendessem algumas ordens do padre Visitador Francisco Gonçalves¹⁴.

Em todo o caso, talvez algo estranhamente, algum silêncio parece pesar sobre a figura do Padre Vasconcelos, na medida em que as relativamente escassas fontes praticamente repetem Nicolás António e Barbosa Machado¹⁵, comportando poucos e dispersos elementos. Nem a brevíssima, mas útil, biografia que Serafim Leite após à edição que preparou da *Vida do Padre José de Anchieta*¹⁶ permite enquadrar as respectivas opções e actividades, embora saliente a controvérsia que manteve, sobre o Engenho de Sergipe do Conde,¹⁷ com o Visitador Jacinto de Magistris — encarregado de resolver a dívida da província do Brasil às províncias de Portugal e do Japão — e o aponte como o grande promotor da construção da Igreja do Colégio da Baía¹⁸. Contudo, algumas das suas cartas, em geral muito institucionais e pouco elucidativas, registam uma ou outra atitude, como o manifesto apoio à actuação do Padre Jacob Roland [1638-1684] ou a justificação sobre a aplicação de dinheiro e acúcares do colégio do rio de Janeiro, que podem ajudar a precisar os contornos

¹⁴ «A forma que pareceu dar-se a toda a missão poderá V. Ver.^a ver pela cópia dos capítulos da visita, que remeto com esta. E, posto que o nosso reverendo padre-geral me avisou que logo se começasse a guardar, até ele aprovar o que lhe parecer, peço eu muito a V. Ver.^a os queira mandar emendar, para que em tudo se acerte. E, se acaso parecer que em que alguma coisa nos afastamos do que se usa nas aldeias da Província, V. Ver.^a o atribua a diferença do lugar e da capacidade dos Índios.

O Padre Simão de Vasconcelos me escreve que me achara escusa a eu escrever ao Pará que se suspendessem algumas ordens do padre visitador Francisco Gonçalves, e que assim o dissera a V. Ver.^a; de onde infiro que não deve haver na Província inteira informação do caso.» (A. VIEIRA, *Cartas*, 750).

¹⁵ Hernâni Cidade, por exemplo, na sua informativa obra *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina* (Coimbra, 1964), não lhe faz qualquer alusão, nem mesmo quando os comentários aos *Dialogos da Grandeza do Brasil* (1618) e à *História Geral do Brasil*, de Frei Vicente de Salvador OFM, concluída em 1627 e publicada por Capistrano de Abreu em 1889, a fariam, nem que fosse por associação temática, esperar, sobretudo pelo que diz respeito ao texto das *Notícias ... das Cousas do Brasil*.

¹⁶ Simão de VASCONCELLOS, *Vida do veneravel Padre José de Anchieta*, edição preparada por Serafim Leite, Rio de Janeiro, 1943.

¹⁷ A posição de Simão de Vasconcelos está patente na carta «Sobre a controversia do Engenho de Sergipe do Conde entre os Colégios da Baía e de Santo Antão (S. a . [1656]). (Bras. 11(1), 235-236; 240-249); Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ed. cit., Tomo IX, 181.

¹⁸ Simão de VASCONCELLOS, *Vida do veneravel Padre José de Anchieta*, edição preparada por Serafim Leite, ed. cit.: Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ed. cit., Tomo IX, 174; aqui, S. Leite considera a partir da leitura de algumas cartas anuais que Simão de Vasconcelos «era amigo da ostentação, visava ao grande e gastava à larga com as obras do culto e os pobres. E, quanto mais gastava, diz a Anua que o conta, mais Deus lhe dava.»

de alguém, cujo percurso biográfico permanece ainda hoje bastante difuso e a necessitar de investigação sistemática, apesar das importantíssimas contribuições trazidas por Serafim Leite¹⁹. Por outro lado, o período cronológico em que se inscreve a idade adulta do autor da *Chronica da Companhia no Brasil* e o seu itinerário de professor, Procurador, autor e Provincial é, como se sabe, extremamente complexo, simultaneamente do ponto de vista político e de evangelização. São, em grande parte, os anos da Restauração, da morte de D. João IV em 1656, da regência de D. Luísa de Gusmão, da subida ao trono de D. Afonso VI e do governo do Conde de Castelo Melhor, a partir de 1662, justamente o ano da *Protestação* inserida na *Chronica*, cumprindo os decretos de Urbano VIII que obrigavam à diferenciação entre santos canonizados e não canonizados, e também a data de seis das Licenças concedidas²⁰. Mas é ainda o tempo de controvérsias suscitadas pelos métodos e formas de uma evangelização — a do Brasil —, certamente diferente, se não nos objectivos, seguramente nos meios, daquela que a mesma Companhia de Jesus levava a efeito na África, China, Japão, Índia e no Oriente em geral²¹.

Sabemos pouco, no estado da actual investigação, sobre a forma como se terá posicionado Simão de Vasconcelos face a estas diferentes questões. Basta pensar, como termo de comparação, embora obviamente a obra e a personalidade não sofram paralelo, na dimensão de todos estes problemas na obra e na acção do praticamente contemporâneo Padre Vieira, para avaliar de quanto desconhecemos sobre o autor da *Chronica do Brasil*. Contudo, e tendo em conta as codificações retóricas que espartilham todas as «Dedicatórias»²²,

¹⁹ Serafim Leite procedeu ao inventário de todas as cartas de Simão de Vasconcelos no Tomo IX da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Transcreveu algumas delas no Tomo V da mesma *História*.

²⁰ A Licença do Santo Offício, datada de 15 de Janeiro de 1662 e redigida Frei Duarte da Conceição, frisa a obrigação de acrescentar esta «Protestação», pois que Simão de Vasconcelos qualifica de «santos» alguns dos missionários e de «mártires» a Inácio de Azevedo e aos seus companheiros: «Com tudo, como em o discurso da historia trata o Author as vidas de alguns d'aquelles primeiros Missionarios, e n'ellas de algumas revelações, e obras ao parecer mylágrosas, e algumas vezes lhe da o titulo de Sanctos, e tambem do martyrio do Padre Ignacio de Azevedo, e seus companheiros, aos quaes nomeia martyres, contra o que o Breve, e Decreto do senhor Papa Urbano VIII dispõe; he necessario, primeiro que se lhe de a licença para se estampar, fazer o Author em o principio da obra, ou fim d'ella protestaçoão, e reserva do dito Breve, conforme sua explicação, como fazem todos os que depois da sua data escreverão vidas e feitos de varões insignes em virtude e santidade.» («Licenças do Santo Offício»).

²¹ De entre uma ampla bibliografia, as actas do colóquio promovido pela fundação Oriente e pela Revista Brotéria, dedicado à Companhia de Jesus e à missionação: *A Companhia de Jesus e a missionação do Oriente*, ed. cit. E o elenco de obras citadas na recente edição, realizada sob a direcção de Piero CORRADINI de *Della entrata della Compagnia di Giesù e Christianità nella Cina* de Matteo Ricci (Prefazione di Filippo Mignini, A cura di Maddalena del Gatto, Macerata, 2000).

²² Anne CAYUELA, *Le paratexte au siècle d'or*, Genève, 1996.

esses lugares privilegiados da relação autor/leitor que em muito constroem os «sentidos» do texto que antecedem, não pode deixar de ler-se na que precede o texto da *Chronica*, dirigida a D. Afonso VI, «À Magestade do muito alto, e poderoso Rei de Portugal», a alusão não apenas à legitimidade da dinastia iniciada por D. João IV, e é sabido como a Companhia de Jesus apoiou a causa restauracionista, invocando o cumprimento da vontade divina²³, mas também a clara inspiração de ideais de acento milenarista, na pauta do estabelecimento de um «felicíssimo Imperio», reduzidas todas as «seitas» à fé cristã, sob um só «Pastor» e um Imperador Universal. Nesta «Dedicatória», Simão de Vasconcelos condensa, em algumas linhas, a justificação da subida ao trono do herdeiro de D. João IV "porque sendo parte essencial da décima sexta geração do primeiro Rei D. Affonso Henriques"²⁴ e recorda uma missão a cumprir "em vossa Magestade hao de ter cumprimento os Oraculos de suas [dos portugueses] esperanças, e hão de apparecer em o mundo as felicidades do tempo dourado", ao mesmo tempo que salienta a correspondência entre as atitudes, para com a Companhia, de D. João III e de D. João IV, no sentido em que ambos coincidiram na protecção concedida e no envio de jesuítas para o Brasil, com custos da "real fazenda"²⁵. Em todo o caso, não evita a quase directa resposta àqueles que pugnavam pela ressurreição do Restaurador²⁶, destinado a reinar sobre esse «império felicíssimo», sublinhando que não são precisos «milagres», nem «portentos novos», para ter viva a «decima sexta geração», pois que Afonso VI é filho de D. João IV e «Se filho, e pai fazem a mesma geração, se são duas partes essenciaes (qual alma e corpo pera fazer hum homem) pai generante, e filho gerado, e a parte primeira d'esta geração gozou as felicidades primeiras; a segunda parte porque não gozará as segundas?»²⁷. Tais considerações, provavelmente redigidas depois da regência do reino ter sido retirada a D. Luísa de Gusmão e entregue a D. Afonso VI, e assim sendo, passíveis da datação dos finais de 1662 ou princípios de 1663, o próprio ano de

²³ Francisco RODRIGUES, *Historia da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, 1931-1939, (especialmente Tomo II) João F. MARQUES, *A parenética portuguesa e a restauração (1640-1668)*, Porto, 1989.

²⁴ «Dedicatória», i. A indubitável pertença de D. João IV à décima sexta geração do primeiro rei, D. Afonso Henriques, tinha-se tornado argumento recorrente na literatura e na parenética restauracionista. J. F. MARQUES, *A parenética portuguesa e a restauração (1640-1668)*, ed. cit., v. II, 147-191.

²⁵ «Dedicatória» ii.

²⁶ Ou talvez face à legitimidade que assistia a Afonso VI, embora o apoio que António Vieira e grande parte dos elementos da Companhia de Jesus deram a D. Pedro faça suspeitar que a Dedicatória não mudaria muito, fosse qual fosse o monarca. (Francisco RODRIGUES, *Historia da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto 1931-1939, (especialmente Tomo III).

²⁷ «Dedicatória» ii.

edição da crónica, parecem organizar-se de forma a conciliar a boa vontade do monarca, isto é, de Castelo Melhor, para com a actuação dos jesuítas do Brasil face aos colonos. As «felicidades» guardadas para este «Príncipe venturoso» prendem-se, na teia discursiva da «Dedicatória», embora Simão de Vasconcelos não o explicita — não era provavelmente preciso e talvez também não aconselhável que tal acontecesse — com o novo mundo, teatro da acção da Companhia a cuja narração se propunha proceder, num aceno à importância das Américas, no reforçar da dimensão espiritual de um império, traduzido nas «idades douradas» que, em seu entender, aguardavam Afonso VI.

De resto, as Licenças que acompanham a obra evidenciam a pertinência das «notícias» sobre «este novo mundo», sublinhando — curiosamente apenas as que são redigidas por membros da província do Brasil — que era necessário que os leitores em geral, e sobretudo os que pertenciam à Companhia noutras «Assistências», conhecessem o local em que o empenhamento missionário dos seus confrades se tinha concretizado e desenvolvido. Nesses anos cruzados por tantos debates, resultantes da experimentação de métodos e estratégias de missão que se intrometiam no caminho dos interesses económicos dos colonos, os percursos discursivos da «Dedicatória» de Simão de Vasconcelos e das licenças da responsabilidade de António de Sá, de Jacinto de Carvalhaes e de João Pereira, todos da Baía, confluem na tentativa de valorizar a acção dos discípulos de Santo Inácio em terras de Vera-Cruz, num momento em que, para além das questões a que aludimos, se sentia alguma diferença entre a «pureza» dos anos iniciais e a actividade contemporânea que levava o Padre João Pereira a afirmar, na Licença de 17 de Abril de 1661, «quão longe estamos d'aquelle primeiro, e fervoroso espírito, com que se fundou esta Provincia do Brasil»²⁸.

Se convocarmos para este quadro interpretativo a carta que escreveu para Roma, em 1663²⁹, o visitador Jacinto de Magistris — demitido nesse mesmo ano, num processo em que também esteve envolvido o autor da *Chronica*³⁰ —, frisando, nessa missiva, que a decadência da Ordem no Brasil

²⁸ Licença de 17 de abril de 1661, da Baía.

²⁹ A carta citada encontra-se em Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ed. cit., Tomo III, 185.

³⁰ A nomeação do italiano Jacinto de Magistris, como Visitador, tinha sido muito contestada pelos padres do Brasil. Tinha como desagradável missão resolver, como referi, a dívida da província do Brasil às províncias do de Portugal e do Japão. Manteve uma longa polémica com Simão de Vasconcelos, sobre o engenho de Sergipe do Conde, que acabou por reflectir-se nos problemas de edição da *Chronica*. Deposto em 22 de Setembro de 1663, recorreu e a deposição foi julgada precipitada e sediciosa pelo Padre Assistente em Roma e pelo Geral Oliva. Entre os padres sancionados figuraram, justamente, Simão de Vasconcelos e um dos autores das Licenças da *Chronica*, Jacinto de Carvalhaes, que foram privados de voz activa e passiva, para cargos de governo, até 1667 (Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ed. cit., Tomo VIII, 183).

começara com o Provincial Manuel Fernandes, entre 1638 e 1645, e se mantivera até ao ano em causa, por culpa de Simão de Vasconcelos, será bem mais fácil legitimar o discurso de cariz justificativo, ideologicamente organizado para visar «a edificação de toda a Companhia» que a *Chronica* assumidamente persegue, investindo na necessidade de provar que a Assistência do Brasil também possuía «homens santos», cujas «Vidas» não tinham conhecido a luz, menos por descuido que por impossibilidade dos missionários, constantemente ocupados nos seus ministérios, servindo assim de «desengano» àqueles que «teriam para si o contrário»³¹. Ao integrar na *Vida do Padre João de Almeida* (1658) o *Breve Catalogo dos Varões insignes da Companhia de Jesus que floresceram em virtude na Provincia do Brasil*, Vasconcelos tinha insistido que o curto «epilogo» inventariado servia como «preambulo» à *Chronica* que «cedo se estamparia» para obstar ao desconhecimento da acção dos jesuítas na América. Simão de Vasconcelos não ignorava que o desempenho de membros da Companhia no Oriente, paradigmaticamente pela canonização em 1622³² de Francisco Xavier, estava já fixada e divulgada, não apenas pela *Vidas* que dele haviam redigido, entre outros, João de Lucena S. J.³³, Orazio Torsellini S. J.³⁴, Tomas de Villacastin S.J.³⁵, ou pelos vários mártires da Companhia no Japão³⁶, mas também pela erudita pena de Baltasar Telles, na recentemente editada *Historia Geral da Etiopia Alta ou Preste João, e do que nella obrarão os Padres da Companhia de Jesus*³⁷ (1645).

Pese embora a sentida necessidade de um relato que glorificasse e divulgasse a acção da Companhia no novo mundo, a edição da *Chronica do Brasil* não se revelou um processo isento de dificuldades. Muito pelo contrário.

³¹ As expressões entre aspas pertencem ao prólogo da *Vida do Padre João de Almeida*, ed. cit., ii.

³² Também o ano da canonização de Inácio de Loyola e Filipe de Néri..

³³ João de LUCENA, *Historia da vida do padre Francisco Xavier e do que fizeram na Índia os mais religiosos da Companhia de Jesus*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1600.

³⁴ Cujas obras tinham sido traduzidas por Pedro de Guzmán S.J., *Vida del Padre Francisco Xavier de la Compañia de Jesús*, Pamplona, 1620.

³⁵ Traduzida por Diogo Monteiro S. J., *Compendio da vida virtudes e milagres do Beato Padre S. Francisco Xavier*, Lisboa, 1620.

³⁶ Para além das edições de colectâneas de cartas, por exemplo pela obra de Fernão GUERREIRO S. J., *Relação das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus na Índia e no Japão nos anos de 600 e 601*, Évora, 1603; ou pela tradução, *Elogios e Ramallete de flores borrifado com o sangue dos religiosos da Companhia de Jesus a quem os tyranos do imperio do Japão tirarão as vidas por odio da fe Catholica com o cathalogo de todos os religiosos, e Seculares, que por odio da mesma fe forão mortos naquelle imperio até o anno de 1640*, Lisboa, 1650.

³⁷ Baltasar TELES, *Historia Geral da Etiopia Alta ou Preste João, e do que nella obrarão os Padres da Companhia de Jesus*, Lisboa, Manuel Dias, 1660.

As Licenças da autoria de elementos da Assistência em terras de Vera Cruz, datadas de 1661, evidenciavam as qualidades de «estilo»: «brevidade sem confusão, curiosidade sem hyperboles, gravidade sem artificio, suavidade sem affectação, agudezas escollasticas sem faltar à sinceridade historica»³⁸. O mesmo não aconteceu em Portugal. Aqui, nas Licenças datadas de 1662, os elogios foram mais moderados e chamaram até a atenção, como referi, para a necessidade de inclusão da Protestação por força dos Decretos de Urbano VIII. Baltasar Telles e António Vieira³⁹ julgaram o estilo demasiado «rasteiro» e o Geral Oliva mandou expurgar o texto das identificações excessivas entre o paraíso terreal e o território do Brasil⁴⁰. As opiniões favoráveis do Padre Manuel Luís, Prefeito de Estudos do Colégio de Santo Antão, e de Frei Francisco Brandão, cronista-mor, sobre a qualidade retórica do relato, parecem ter pesado na decisão de continuar a impressão da *Chronica* que esteve, todavia, durante algum tempo suspensa, por ordem do visitador da Província do Brasil, Jacinto de Magistris, pouco agradado com a acção do Padre Vasconcelos enquanto provincial e, no momento, sobretudo na questão, económica, do Engenho de Sergipe do Conde. De resto, Jacinto de Magistris parece ter sido o principal opositor à edição da *Chronica*. Estava já impressa, apesar dos contratempos enunciados, quando depois de Magistris ter informado o Geral da existência de alguns parágrafos nas *Noticias* que procediam à identificação do paraíso terreal com o Brasil, foi dada ordem de recolha dos dez exemplares que o autor já havia distribuído por alguns fidalgos da corte. Simão de Vasconcelos solicitou diferentes pareceres a mestres de Lisboa, Coimbra e Évora, opinando que, neste caso particular, não havia nada definido em matéria de fé e que a sugestão ficava ao critério do leitor. Foram, assim, suprimidos os sete últimos parágrafos, tendo as respectivas páginas sido substituídas por uma. Curiosamente os parágrafos expurgados, impressos, foram enviados para Roma, numa cópia manuscrita, por Luis de Nogueira, autor de um dos pareceres, que se conserva na Biblioteca Nazionale de Roma, onde Serafim Leite a leu⁴¹.

³⁸ Licença da responsabilidade de António de Sá, datada do Colégio da Baía de 18 de Maio de 1661.

³⁹ Francisco RODRIGUES, *O P. António Vieira — Contradições e Applausos*, sep. do volume XI da *Revista de História*, 16, nota 4.

⁴⁰ Francisco RODRIGUES, *Historia da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, ed. cit., 159: «A parte que tratava do paraíso terrestre, que o autor, (escreveu o Visitador em carta latina), em longo arazoado nos queria provar que existira na América, mandei-a retirar e dei aviso ao Padre Provincial da Alentejo, que era esta a intenção de V. Paternidade que não se imprimisse...), efectivamente Paulo Oliva, vigário Geral, ordenou se riscassem os parágrafos que tratavam do paraíso terrestre. Arq. S. J., Bras. 3, f. 14, 29, 39.»

⁴¹ Serafim LEITE, *O tratado do Paraíso na América e o ufanismo brasileiro*, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23 de Maio de 1948. O manuscrito em causa tem o título *O Paraíso na América* (Bibl. Naz. de Roma, f. ges. 1255 [29]).

1 – A forma do texto

Para além da «Dedicatória», de um «Elogium» e de um «Epigrama», ambos em latim, e das usuais «Licenças», a primeira edição da *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, belo exemplar *in folio* da oficina de Henrique Valente de Oliveira, num volume de XII, 188, 528 páginas e um índice de 12 não numeradas, integra o texto das *Noticias Antecedentes, Curiosas e Necessarias das Cousas do Brasil* e o poema de José de Anchieta *De Beata Virgine Dei Matre Maria*⁴², reproduzidos, também, na edição de 1865⁴³.

Constituída por quatro «Livros», o texto da *Chronica*, propriamente dito, abarca os anos de 1549 a 1570, acompanhando a ida do primeiro grupo de jesuítas para o Brasil e terminando com a morte do Padre Manuel da Nóbrega, qualificado de Apóstolo das Américas, como Francisco Xavier o havia sido do Asia⁴⁴. O primeiro «Livro», de 1549 a 1555, narra as circunstâncias que envolveram a ida de Nóbrega e dos seus companheiros, a viagem acompanhando o primeiro governador Tomé de Sousa, a chegada a Salvador e, sobretudo, as primeiras acções missionárias e o início do movimento que levou à fundação do Colégio da Baía, S. Vicente e das Casas do Espírito Santo, Pernambuco e Porto Seguro. O «Livro II» (1555-1562) termina o primeiro volume, relatando a chegada de Anchieta, as lutas entre Índios e Portugueses inicialmente sob o comando do segundo governador, D. Duarte da Costa, prosseguidas pelo terceiro, Mem de Sá, chegado à Baía em 1555. Os «Livros III e IV», ambos intensamente pontuados por biografias devotas, ocupam respectivamente os anos de 1563 a 1568 e 1568 a 1570. O primeiro deles (1563-1568) desenvolve dois núcleos fundamentais: a missão de Nóbrega e Anchieta no estabelecimento da paz com os Tamoios e a visita do Padre Inácio de Azevedo; o segundo, ocupando-se apenas de dois anos (1569 e 1570), concede especial relevância ao relato da morte de Inácio de Azevedo e de seus companheiros às mãos dos calvinistas

⁴² Longo poema, cuja redacção Vasconcellos relata no «Livro III» e que foi publicado em edição avulsa.

⁴³ Serafim Leite reproduz, no tomo II (96-97) da sua *Historia da Companhia no Brasil*, o frontispício desta edição, considerada por Inocêncio (*Dicionário Bibliográfico*, ed. cit., 286-287) uma das melhores do século XVII "tanto no papel como na beleza dos caracteres de impressão", descrevendo-o como uma: "... bela alegoria, cujo quadro é constituído por motivos da fauna e flora do Brasil e objectos científicos, o globo terráqueo e a ampulheta. Ao centro o mar e nele um galeão armado, simbolizando a Companhia. Nas velas enfunadas: *Unno non sufficit orbis*, aludindo ao Novo Mundo. Dentro do galeão alguns jesuítas, empunhando o que vai à frente (Nóbrega) o estandarte da Companhia com a divisa IHS».

⁴⁴ *Chronica*, ed. cit., 6 "O que supposto, houve de ficar o Padre M. Simão, e escolher para aquella empresa hum varão tal, que pudesse corresponder ao grande Mestre Francisco Xavier, e em ser hum Apostolo da America como elle o era da Asia. E consultando o negocio com o mesmo Rei D. João, e mais efficaçmente com a Magestade divina, cahio a sorte venturosa sobre o Padre Manuel da Nóbrega fundador. E como este he o varão, sugeito que ha de ser de toda esta primeira parte de nossa Historia com os feitos raros, e obras heroicas, que por si e seus companheiros obrou no Estado do Brasil".

franceses, facto que legitima o elenco dos seus nomes, a narração, ainda que sumária, das suas vidas e a pormenorizada biografia do Provincial. A crónica termina, sintomaticamente, com a morte de Manuel de Nóbrega em 1570: "E de nós nada mais trataremos por hora: pare a penna em escrever, onde pára Nóbrega em obrar: a suas empresas especialmente se dedica este tomo primeiro por primeiro Apostolo do Brasil; como outro se dedicou a Xavier, por primeiro Apostolo da Índia; outro a Ignacio Patriarcha nosso, por primeiro Geral da Companhia. Andarão os tempos, e irão sahindo tomos varios, devidos a varões da mesma empresa, que se bem não foram n'ella os primeiros, não foram segundos nas virtudes."⁴⁵

As *Noticias Antecedentes, Curiosas, e Necessarias das Cousas do Brasil*, que precedem a *Chronica*, foram publicadas autonomamente em Lisboa, por João da Costa, em 1668, num volume *in quarto*, VIII-291 páginas, acompanhadas por um índice e impressas a expensas do capitão Francisco Gil de Araújo, a quem Simão de Vasconcellos consagra uma dedicatória: «Ao Senhor Capitam Francisco Gil de Aravio, Bemfeitor insigne, & singular Protector da Companhia de Iesus no Estado do Brasil»⁴⁶. Pese embora a sua relativa autonomia, e apesar de em rigor se tratar de uma obra independente — até pela própria natureza do texto ao qual presidem objectivos distintos da *Chronica*. — as *Noticia Curiosas e Necessarias das Cousas do Brasil* funcionam, contudo, como um extenso prólogo, para o qual o autor frequentemente remete, indiciando a coesão textual do conjunto⁴⁷.

⁴⁵ *Chronica*, ed. cit., 9.

⁴⁶ O título da edição de 1668 retira, obviamente o lexema «antecedentes»: *Noticias Curiosas e Necessarias das Cousas do Brasil*. Pello P. Simam de Vasconcellos da Companhia de Iesus, Natural da cidade do Porto, Lente que foi da Sagrada Theologia & Provincial naquelle Estado. Em Lisboa. Na Officina de Joam da Costa. Anno 1668. Simão de Vasconcellos acentua no prólogo «Aos que Lerem» que a publicação, pelo que respeita à iniciativa e às despesa de impressão se devem a Francisco Gil de Araújo: «quis o Senhor Capitam Francisco gil de Araújo, se estampasse em tomo distincto da Chronica, pera com maior facilidade se dar a conhecer a todos esta parte da america, devendo por este modo ao zeloso intento deste Senhor os Leitores o passatempo, o Brasil a fama. Correrão finalmente as despezas de todo o custo por conta do seu mesmo Patronoo, pera assim se dizer todo seu por justiça, & por eleição: mostrandose desta sorte a todos, quanto lhe deva nesta Provincia a Companhia de Iesus, por qualquer motivo que a possa fazer agradecida a tantos beneficios, quantos com ella tem dispendido a liberal mão deste seu insigne Protector». A Francisco Gil de Araújo será também dedicada, em 1672, a *Vida de Anchieta*. Verdadeiramente já tinha sido dedicada, pois que Simão de Vasconcellos regista na citada dedicatória das *Noticias*, em 1668, que oferece «de novo» o presente livro «depois de lhe dedicar já outro em que escrevo a vida do Veneravel Padre joseph de Anchieta, que em breve se dará à estampa».

⁴⁷ Apenas alguns exemplos das permanentes ligações textuais entre o texto da *Chronica da Companhia do Estado do Brasil...* e as *Noticias...*: "Faltava só que fosse também melhor o Ceo d'esta parte: e não será temeridade affirmal-o: segundo a doutrina que temos assentado no Livro Segundo das Curiosidades do Brasil." ... "O primeiro descobridor d'esta Bahia foi Christovão Jacques, fidalgo da Casa Real, aquelle de quem dissemos já no livro primeiro das Cousas do Brasil" (23) ... "na forma que por menor dissemos no Livro 2.º das Cousas do Brasil" (33) ... "ficão quase na segunda região do ar, depois de atravessada aquella notavel serrania, de que dissemos alguma cousa no Livro Primeiro das Cousas do Brasil:" (87). Notemos, ainda, que é às *Noticias...* que compete

É às *Notícias* que compete apresentar ao leitor um mundo "estranho", pela paisagem, pelos habitantes, pelos costumes, estabelecendo, simultaneamente, uma ambiência paradisíaca que os desenvolvimentos narrativos da crónica em si revelarão, se não falsa, pelo menos permanentemente ameaçada por crenças e hábitos desumanos. Do ponto de vista da organização do conjunto da obra, as *Notícias* respondem à necessidade de conhecimento do lugar onde a acção se desenvolve, como uma espécie de preâmbulo que capitaliza as técnicas da «descriptio», relegando a lógica narrativa para um segundo plano que, no texto em causa, corresponde, efectivamente, à natureza fundamental do relato seguinte, o da *Chronica* propriamente dito. De resto, aos momentos primeiros da descoberta e à descrição das belezas e potencialidades de uma terra que as *Notícias* aproximam do Paraíso⁴⁸, na esteira de uma comparação que pode ser encontrada em textos

narrar a lenda de S. Tomé, patente nas cartas de Nóbrega, segundo a qual o Apóstolo teria estado nas terras do Novo Mundo onde teria deixado impressas as suas pegadas. *Cartas do Brasil e mais escritos do Padre Manuel da Nóbrega*, com introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite S.J., Coimbra, 1955.

⁴⁸ A dimensão paradisíaca do Brasil atravessa não apenas as *Notícias*... mas também o texto da *Chronica*... propriamente dito, desde o momento da chegada "quando chegados ao fim de Março, ou como querem outros princípios de Abril, começarão a ver os sinais da desejada terra: os ares claros, os ventos serenos, as agoas de prata; e após estes arrebatarão os olhos os montes altos, verdes aprazíveis, que enlevão junto com a vista os corações dos navegantes ... assim chamada/Bahia de Todos os Santos/ou porque parece hum Paraíso, onde habitam todos os Santos; ou porque parece que todos os Santos do Paraíso influem nella alguma parte de suas qualidades." ... "A terra he hum pintado mapa, sempre verde, e sempre alegre; porque conservão todo o anno a folha seus arvoredos. Na compostura da natureza, bem assombrada, levantada em outeiros, estendida em campinas, povoada de bosques, abundante de pastos, retalhada de rios, fecunda de fontes, sempre a mesma, sempre varia: donde nasce, que he innumeravel o gado, e todo o genero de criação abundantissimo. O torrão por ordinario he fino, maçapé, feraz e vigoroso, não só das cousas naturaes, mas das do Reino: na fruta de espinho não dá vantagens à melhor de Europa: as parreiras todos os meses sahirião com fruto, se todos os meses forão podadas, e beneficiadas." (22) ... "A região do ar he conhecidamente vital, hum quasi segundo Paraíso, huma perpetua Primavera, onde raramente se sente excesso de frio ou de calma, donde andão desterradas as pestes, e ramos della, as doenças contagiosas; e sem esta injuria dos climas morrem os homens por seus cabaes, cheios de dias, e de annos ... e entrando nella, por sua formosura, como de Paraíso..." (23) ... "A região he alegre, aprazível e saudável ... o terreno he fertilissimo, não só dos frutos communs do Brasil, mas dos frutos, frutas e flores melhores da Europa: especialmente se formosea de abundantes searas de trigo, e fecundas vinhas. Os campos recreão os olhos, igualmente vestidos de erva, flores e gado em numero excessivo, e de todos os generos (40) ... "Seus arredores são terra fértil, capaz de grandes canaviaes, e engenhos: seus campos amenos, retalhados de rios, e fontes: suas mattas recendem, são delicia de cheiros, balsamos, almeccas, salçafrases: seus montes estão prenhes de minas de varia sorte de pedraria, e segundo dizem, de prata, e ouro: será feliz o tempo em que saiam à luz com o seu parto (59) ... "Os campos são fecundos de infinidade de gado, regados de rios, abundantes de

dos primeiros jesuítas⁴⁹, o discurso da *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* opõe um tempo de dificuldades, de epidemias, de pazes precárias e guerras quase constantes, tanto mais incompreensíveis e surpreendentes quanto se desenvolvem num cenário que a natureza parecia ter vocacionado para a tranquilidade.

Ao usar as técnicas da composição do «locus amoenus» na descrição das terras de Vera Cruz, Simão de Vasconcelos recorre com frequência à expressão «segundo Paraíso» ou ao símile, «como o Paraíso», que aliás mantém ao longo da *Chronica* em si. A Baía, por exemplo, chama-se «Bahia de todos os Santos ou porque parece hum paraíso, onde habitam todos os Santos; ou porque parece que todos os Santos do Paraíso influem nella alguma parte de suas qualidades». O Brasil «he um pintado mapa» de onde o verde nunca desaparece, pois que as árvores jamais perdem as folhas e a Primavera se perpetua. Contudo, e embora as *Noticias* se auto-justifiquem pela necessidade de preenchimento da lacuna existente entre o ano da descoberta e a data em que os primeiros jesuítas se dirigem ao Brasil, narrando os acontecimentos decorrentes nesse lapso temporal, parece indubitável que o seu objectivo essencial se configura na vontade de descrever um lugar que as condições naturais aproximam do paraíso, procurando «livrar de tantas calúnias tão fora de razão, a terra do Brasil»⁵⁰. Esta quase obsessão discursiva, que Serafim Leite já apelidou de «ufanismo» e que terá trazido ao Padre Vasconcelos os problemas com a edição da *Chronica* a que acima aludi, perpassa por todo o texto, nos símiles seleccionados, nas repetições sintácticas, como se o autor pretendesse esgotar a técnica retórica da «variedades», num esforço continuado de persuasão que comportava as principais finalidades do discurso: informar, agradar, convencer.

Na tentativa de compor este *locus amoenus*, Simão de Vasconcelos formula as coordenadas que entende como essenciais, investindo discursivamente na técnica retórica da «evidência»⁵¹, pela dupla ou tripla adjectivação, que não era certamente estranha à sua formação nos compêndios

fontes e de agoas salutiferas... seu arvoredo compete com as nuvens, perpetuo na verdura, sem numero na quantidade, sem preço na estima (60)..

⁴⁹ Por exemplo em Azpilcueta Navarro, nas *Cartas do Brasil* de Manuel da Nóbrega, 1549-1570 (S. Paulo, 1988, 289-290).

⁵⁰ *Noticias*, ed. cit., CXIX.

⁵¹ Perrine GALAND -HALLYN, *Les yeux de l'éloquence*, Orléans, 1995, 287-293.

aconselhados pela *Ratio*⁵²: os «montes altos e verdes», as campinas perpetuamente povoadas de plantas e flores, os «ares claros», as «águas de prata», os «ventos serenos». Na sua pena, o Brasil é «fértil», «alegre», «aprazível», «saudável»⁵³. Os campos são «amenos, ratalhados de rios e fontes»⁵⁴, numa ambiência de «delícia de cheiros, bálsamos», plantas medicinais.⁵⁵ As estrelas protectoras e claras, o sol sempre puro, a lua brilhante.

Citando a Sagrada Escritura, no Capítulo I do Génesis, Vasconcellos sublinha que para que uma terra tenha o nome de boa deve obedecer a quatro requisitos — «que se vista de verde»; «que goze de bom clima»; «que sejam suas águas abundantes de peixes, e seus ares abundantes de aves»; «que produza todos os generos de animais e bestas da terra» — os quais são, justamente, cumpridos na íntegra pelos territórios de Vera-Cruz: «Pois agora irei mostrando todas estas quatro propriedades por excellencia na terra do Brasil»⁵⁶. O autor deixa-se, assim, seduzir pela quantidade de «verde» perene⁵⁷, essa cor simbólica da harmonia da natureza que caracteriza a paisagem brasileira, pela serenidade do clima, pela quantidade e transparência das águas, pela ausência de doenças, pela concentração de plantas medicinais⁵⁸, pela benignidade dos astros⁵⁹, em páginas que evocam e ecoam aquelas que, em contexto diverso, obviamente, Marsilio Ficino dedicara no *De Vita* à relação harmónica entre o homem e a natureza⁶⁰: «N'este nosso clima do Brasil são tão puros os ares, que se pode

⁵² Aníbal Pinto de CASTRO *Retórica e teorização literária do Humanismo ao Neoclacissismo*, ed. cit., 13-81.

⁵³ *Noticias*, ed. cit., XL.

⁵⁴ *Noticias*, ed. cit., XL.

⁵⁵ *Noticias*, ed. cit., CXXVII: «e folgará de ver o leitor (além da verdura) o thesouro de virtudes medicinaes, que Deos poz nesta parte do mundo.».

⁵⁶ *Noticias*, ed. cit., CXXV.

⁵⁷ Apenas um exemplo entre os muitos que o texto oferece: «Os arvoredos he o outro genero de verdura, que pede o sagrado Texto: e a bondade dos do Brasil he bem conhecida no mundo, por sua fermosura, prestimo e preço. He na verdade ornato da terra, e abono das mãos do Criador, ver aquellas mattas immensas, gloria e coroa de todo o arvoredo do universo, os pés na terra, as copas no Ceo, formando bosques deleitosos, brutescos sombrios, os mais agradaveis do mundo».(*Noticias*, ed. cit., CXXVII).

⁵⁸ *Noticias*, ed. cit., LVII «Depositou a natureza n'estas montanhas hum tesouro de remedios humanos de poucos conhecido».

⁵⁹ *Noticias*, ed. cit., CXXI: «As estrelas quanto mais de perto predominam

⁶⁰ Simão de Vasconcelos não cita o conhecido tratado de Ficino, mas mostra conhecer os comentários a Platão. «Marcilio Ficino sobre este lugar de Platão no Timeo, cap. 4º, tem pera si, que toda esta historia da ilha Atlantica he verdadeira». (*Noticias*, ed. cit., LXIX).

dizer com razão que bebemos espiritos viciaes; porque nem os vicia excesso de frio, nem excesso de calma...»⁶¹

De resto, o Padre Vasconcelos não resiste, visando a persuasão do leitor, a comparar directamente o Brasil «com aquelle Paraiso da terra, em que Deos nosso Senhor, como em jardim, poz o nosso primeiro pai Adam», contrariando as teorias que situavam o jardim do Éden no oriente e refutando os que ainda consideravam que as terras da América, porque situadas na zona tórrida, eram estéreis, bravias e incultas.

2 - Da «crónica» como história

Ao distinguir «história verdadeira» de «história fingida», no Diálogo I de *Corte na Aldeia* (1619), Rodrigues Lobo compendiava, pela voz das suas personagens, um debate que continuava a fazer o seu caminho e que, verdadeiramente, explorava as contingentes e elásticas fronteiras entre os diversos tipos de narrativa, da crónica à biografia ou aos livros de cavalarias⁶². Solino, o acérrimo defensor, juntamente com Leonardo, da prosa de ficção, pelo conhecimento das «ciências e disciplinas»⁶³ que implicava e pela exemplaridade que comportava e fixava, entendia que os livros de «história verdadeira» muitas vezes «mentiam segundo lhe convém»⁶⁴. Lívio, o juriscônsulto, advogado da inutilidade da «história fingida», pugnava, quase finalizando o debate, para que a «historia verdadeira» respeitasse a verdade e a «história fingida» obedecesse à verosimilhança, procurando definir linhas de demarcação precisa. Os estudos nesta área têm vindo a demonstrar à saciedade que tanto a «história verdadeira» como a «história fingida» supunham, porém, esquemas de credibilização que praticamente conduziam à contaminação dos dois tipos de texto, residindo a principal diferença, nem sempre operativa, no tipo de fontes utilizado, umas credíveis, outras forjadas. Daí que a narrativa de ficção em prosa que percorreu os séculos XVI e XVII continuasse a explorar o tópic do «manuscrito antigo» que o autor encontrara e se limitara a resumir ou a comentar, como forma de «historicização» do relato, que em muito contribuía

⁶¹ *Noticias*, ed. cit., CXLI.

⁶² Francisco Rodrigues LOBO, *Corte na Aldeia* (introdução notas e fixação de texto de José Adriano de Freitas CARVALHO), Lisboa, 1992. V. sobre esta questão a «Introdução» de José Adriano de CARVALHO.

⁶² *Noticias*, ed. cit., «Introdução».

⁶³ Francisco Rodrigues LOBO, *Corte na Aldeia* ed. cit., 59.

⁶⁴ Francisco Rodrigues LOBO, *Corte na Aldeia*, ed. cit., 62.

para que a «utilitas» funcionasse, colocando a «história fingida» nos parâmetros da «história verdadeira»⁶⁵.

As Licenças que antecedem o *Chronica* de Simão de Vasconcelos exploram justamente esse duplo objectivo, configurado na «utilidade», que acabava por presidir a ambos os tipos de texto, salientando, todavia, que o «estilo» da «historia» deve ser grave e pouco afectado⁶⁶. Em todo o caso, os censores frisam que o discurso se organiza de forma a não causar «tédio», a unir a «exortação» e a «narrativa», a «despertar os ânimos», convocando estratégias de sedução do leitor, caucionadas pela apologia da Companhia da Jesus e pela difusão da exemplaridade que as vidas narradas comportavam.

Na *Chronica do Brasil*, Simão de Vasconcelos propõe-se «escrever a heroica missão, que emprehenderão os Filhos da Companhia, a fim de conquistar o poder do inferno senhoreado por seis mil e tantos annos do vasto imperio da Gentilidade Brasilica»⁶⁷, narrando os feitos ilustres «d'estes religiosos varões», que tinham defrontado uma realidade tão diferente — uma terra *sine rege, sine dei* — onde os esquemas conhecidos e experimentados de missão pareciam votados ao insucesso. Por outro lado, como já sublinhei, o autor procura responder a «calúnias» sobre a terra do Brasil, legitimando assim a descrição de uma ambiência paradisíaca, repleta de riquezas vegetais e minerais, tendo em mente, desde a introdução, a divulgação dos êxitos de missão no Oriente e a imagem de apóstolo das Índias, consagrada na canonização de Francisco Xavier. O discurso da *Chronica* elabora-se, deste modo, na base de um esquema comparativo, que lhe preside de todos os pontos de vista, e que o Padre Vasconcelos evidencia a cada passagem. Não só se preocupa em acentuar que a protecção concedida por D. João III aos jesuítas que foram para a Índia se revelou rigorosamente equivalente àquela que o mesmo monarca dedicou ao Brasil⁶⁸, como a empresa que o padre Nóbrega tomou aos seus ombros nada devia, nem em importância, nem em dificuldades⁶⁹, à

⁶⁵ Isabel ALMEIDA, *Livros portugueses de cavalarias, do Renascimento ao Maneirismo*, Lisboa, 1998 (dissert de doutoramento dact.).

⁶⁶ *Chronica*, ed. cit., Licença de João Pereira, da Baía, em 17 de Abril. «O estylo da obra he grave e pouco affectado como deve ser a historia».

⁶⁷ *Noticias*, ed. cit., «Introdução».

⁶⁸ "Terceira razão he porque fundou/D. João III/a missão do Brasil na que dissemos no principio d'esta historia, mandando a ella o Padre Nóbrega, e seus primeiros companheiros, com os mesmos favores, e despesas reaes, com que mandara à Índia o Padre Francisco Xavier, e com que depois continuou com todos seus Missionarios" (*Chronica*, ed. cit., Livro IV, 129).

⁶⁹ Uma única vez, até, a missão de Nóbrega é tida como ainda mais espinhosa que a de Francisco Xavier: "Para esta gentildade tão remontada, e novamente descoberta, trouxe Deus a Companhia ao mundo: então quis que nascesse, quando no Nascente, e no Poente se descobria: e não são indícios somente, he proprio instituto, a conversão da gentildade. Levou-nos he verdade, ventagem o

desempenhada por S. Francisco Xavier no Oriente, tendo ficado dividida a «gentilidade do mundo» entre ambos: a Xavier [...] a do Oriente; a Nobrega a do Ocidente⁷⁰. De notar, ainda, como assinalai, que Simão de Vasconcelos regista a ausência de divulgação da existência de «homens santos» e ilustres em virtude na Assistência do Brasil, frisando que as suas vidas não tinham sido escritas não por incúria, mas porque os missionários se encontravam demasiado empenhados nas respectivas tarefas. Tais objectivos de glorificação e divulgação só podiam coagular, como aliás é da natureza do discurso cronístico deste teor — crónica de uma ordem ou de uma Assistência — num texto ideologicamente legitimador da existência e da acção da Companhia no Brasil que o autor faz sentir como menos valorizada e menos reconhecida que a do Oriente. O Brasil defrontava problemas específicos e complexos, nesses anos do século XVII, que se mantinham quase desde os dias da descoberta: as dificuldades de colonização, que a publicitação de tanta riqueza disponível também queria obviar, as questões entre colonos e a Companhia, o espinhoso e controverso debate da liberdade dos índios. Tendo como enquadramento um contexto tão particular e tão complexo de vários pontos de vista, Simão de Vasconcelos inseria-se num programa e num ambiente que, não sendo, naturalmente, aquele dos anos que relata (1549-1570), condiciona e, em alguns aspectos, determina o quê e como contar. Não pode esquecer-se que o texto se reporta a quase cem anos antes e que pretende fazer da evangelização e missionação do Brasil uma tarefa exclusiva da Companhia, anulando as contribuições que outros institutos religiosos foram dando, sobretudo no início⁷¹, como se os Jesuítas travassem um combate único e singular.

Em todo o caso, o autor acciona mecanismos vários de credibilização, evidenciando a necessidade de tratamento rigoroso das fontes, assumindo pretender contar a verdade⁷². Aliás as licenças da autoria de membros da Assistência no Brasil acentuam essa preocupação de «verdade» que terá

grande zelador do gentilismo do Oriente, o Padre Mestre Francisco Xavier, no ser primeiro: porém não na sorte da gente; porque quanto esta nossa ter de mais glória." (*Chronica*, ed. cit., 51).

⁷⁰ "Não cabia em hum so collegio, em huma so cidade zelo tão grande. Sahia com licença dos Superiores a desafogar em missões por diversas partes do Reino, ainda nos de Galliza . e Castella, à maneira de hum Santo Ignacio, e de hum Santo Xavier (9) ... E não somente no Brasil: em Roma, em Portugal, em o mundo todo foi conhecida sua santidade; ao menos pela empresa que tomou a seus hombros igual à de hum Xavier: ficando partida entre estes dous varões apostolicos a conversão da gentilidade do mundo: a Xavier ficou a do Oriente; a Nobrega a do Ocidente" (*Chronica*, ed. cit. 137).

⁷¹ José Adriano de Freitas CARVALHO, *La prima evangelizzazione del Brasile (1500-1550). Gli anni del silenzio* in *Atti de l'Europa e l'evangelizzazione del Nuovo Mondo*, fondazione Ambrosiana Paolo VI, Villa cagnola, Gazzada (Varese), Italia, 3-10 settembre, 1992, 213-232.

⁷² «[...] e da verdade que nesta materia se pode desejar, e eu sempre procurarei seguir em toda ella» (*Chronica*, ed. cit., 6).

norteado o texto, frisando que tudo o que o Padre Vasconcelos escreve «ou são experiências repetidas, ou tradições constantes, ou escrituras abonadas» e essencialmente tudo é «verdadeiro e conforme às experiências, tradições e apontamentos fidedignos do venerável Padre José da Anchieta, e outros varões, pais primeiros desta Província».⁷³ Ao longo da *Chronica* em si, o Padre Vasconcelos inventaria frequentemente as fontes que utiliza⁷⁴: Pedro Mariz nos *Dialogos de Varia Historia*⁷⁵, Nicolau Orlandino nas *Chronicas gerais da Companhia*⁷⁶, Baltasar Telles e a *Chronica da Companhia de Jesus em Portugal*⁷⁷, o Padre Estêvão da Paternina na *Vida do Padre José de Anchieta*⁷⁸, Pedro Ribadeneira na *Vida de Santo Inacio*⁷⁹, Frei Luís de Sousa na *Vida do Arcebispo*

⁷³ Licença datada de 20 de Maio de 1661, da Baía, da responsabilidade de Jacinto de Carvalhaes.

⁷⁴ Atitude que, por repetida, na tentativa de legitimar o discurso de cariz historiográfico, se torna evidente ao longo do texto e é, aliás, referida na maioria das Licenças e Aprovações. Cf. o texto de António de Sá: "Em huma e outra cousa procede o Author tão ajustado com a verdade, que sendo a penna sua ... não quiz contudo que fosse seu o credito. Tudo o que escreve ou são experiencias repetidas, ou tradições constantes, ou escrituras abonadas", de Jacinto de Carvalhaes: "e sobre tudo certo, verdadeiro, e conforme às experiencias, tradições e apontamentos fidedignos do veneravel Padre José de Anchieta, e outros varões, pais primeiros desta Província", de João Pereira: "o estilo da obra é grave e pouco affectado como deve ser a historia."

⁷⁵ Pedro de MARIZ, *Dialogos de varia historia. Em que summariamente se referem muytas cousas antigas de Espanha; e todas as mais notaveis que em Portugal acontecerão em suas gloriosas conquistas, antes e depois de ser levantado a dignidade Real. E outras muytas de outros reynos dignos de memoria. Com os retratos de todos os Reys de Portugal*, Coimbra, Na Officina de Antonio de Maris, 1594.

⁷⁶ Nicolò ORLANDINI SJ, *Historia Societatis Jesus prima pars: authore Nicolao Orlandino; Pars secunda, sive Lainius, auctore R. P. Francisco Sachino; Pars tertia, sive Borgia, auctore Francisco Sachino*, Antuerpiae, Francesco Sacchini, 1615-1620.

⁷⁷ Baltasar TELLES, *Chronica da Companhia de Jesu, na Província de Portugal; e do que fizeram, nas Conquistas deste Reyno, os Religiosos, que na mesma Província entraram nos annos em que viveo S. Ignacio de Loyola, nosso fundador. Primeira Parte na qual se contem os principios d'esta Província, no tempo em que a fundou, & governou o P. M. Simão Rodrigues com sua sancta vida, & morte. Segunda Parte, na qual se contem as vidas de algũs Religiosos mais assinalados, que na mesma Província entraram, nos annos em que viveo S. Ignacio de Loyola nosso fundador. Com o summario das vidas dos Serenissimos Reys Dom Joam Terceiro, & Dom Henrique, Fundadores, & insignes bemfeytores desta Província.*, Lisboa, por Paulo Craesbeeck, 1645-1647.

⁷⁸ Estevan de PATERNINA S.J., *Vida del Padre Joseph de Anchieta de la Compañia de Jesus e Provincial del Brasil*, Salamanca, 1618 (Tradução da obra de Sebastiano Beratario S.J.)

⁷⁹ *Vida del P. Ignacio de Loyola, fundador de la religión de la Compañia de Jesus*, Madrid, Alonso Gomez, 1583. Nem sempre S. de Vasconcellos cita, com precisão, as obras de P. Ribadeneira. Por vezes, o contexto em que o faz autoriza-nos a pensar tratar-se do *Flos Sanctorum, historias das vidas e obras insignes dos santos*, cuja tradução da autoria de João Franco Barreto só foi publicada em Lisboa em 1674, por António Craesbeeck de Melo. Vasconcellos teria utilizado, obviamente, uma edição castelhana.

Frei Bartolomeu dos Mártires⁸⁰, Luis de la Puente, *Vida do Padre Manuel Alvares*⁸¹, T. Bozio, *De Signis Ecclesiae*⁸², Frei Pedro Calvo⁸³, Padre Maffeo na *Historia da Índia*⁸⁴, Francisco Sacchino nas *Chronicas* da Companhia⁸⁵, António de Vasconcellos na *Descrição de Portugal*⁸⁶, ele próprio na *Vida do Padre João de Almeida e Apontamentos do Padre José de Anchieta*, cuja importância claramente sublinha: "E advirto aqui, que nas cousas particulares d'este nosso primeiro pai da Provincia, e seus companheiros, seguirei com principal cuidado huns apontamentos, que em meu poder tenho, do veneravel Padre José de Anchieta, escriptos de sua propria mão, e letra: volume pequeno no corpo porque é só de quatro cadernos; mas na sustancia grande porque contem noticias de cousas muito grandes. E por serem de tão autorisado varão contemporaneo, amigo, e companheiro seu, são dignos de todo o crédito, e da verdade que nesta materia se pode desejar, e eu sempre procurarei seguir em toda ella"⁸⁷. Para além destes textos múltiplas vezes referidos, Simão de Vasconcellos aponta ainda a existência de "outras memórias de mão que vi antigas"⁸⁸ — muito provavelmente coincidentes com outras identificadas como "memorias manuscritas que vi"⁸⁹ e "algumas lembranças que achei de apontamentos antigos"⁹⁰ —, os Registos da Fazenda Real — quando discute as datas de chegada de D. Duarte da Costa e Mem de Sá — e anota a dificuldade, partilhando uma queixa comum ao tempo a todos quantos escreviam «história»,

⁸⁰ Frei Luis de SOUSA, *Vida de Dom Frei Bertolameu dos Martyres da Ordem dos Pregadores. Arcebispo e Senhor de Braga Primaz das Espanhas*, Impresso em Viana à custa da mesma Villa, Nicolau Carvalho, 1619.

⁸¹ Luis de LA PUENTE, *Vida del Padre Baltazar Alvarez religioso de la Compañia de Jesus*, Madrid, Luis Sanchez, 1615.

⁸² *De signis ecclesiae Dei libri XII auctore Thomas Bozio [...] Congregationis Oratorii, Romae, ex typographia Bartholomaei Bonfadini, 1591.*

⁸³ Trata-se, certamente, da *Defensão das lágrimas dos justos perseguidos e das sagradas religiões fruto das lágrimas de Cristo*, publicada em Lisboa em 1618, a 1.ª parte por Pedro Craesbeeck e a 2.ª por António Álvares. No capítulo XIII, P. Calvo aborda os "Santos beatificados da Sagrada Ordem da Companhia de Jesus, dos quais deram a vida por a defensão da Fé Catholica, outros viverão e morrerão nella com publica opinião de santidade, aos quais o Senhor terá dado no ceo auréolo de Martyres...", na página 76 refere José de Anchieta e nas páginas 78 e 79 relata o martírio de I. de Azevedo e seus companheiros.

⁸⁴ Giovanni Pietro MAFFEI SJ, *Historiarum Indiarum*, Florentiae, 1588.

⁸⁵ Ver nota (71).

⁸⁶ António de VASCONCELLOS, *Descriptio Regni Lusitani cum compendio rerum illustrium, quae in eo visuntur tam ad humanum cultum spectantium, quam ad divinum*, Antuérpia, 1621.

⁸⁷ *Chronica*, ed. cit., 6.

⁸⁸ *Chronica*, ed. cit., 81.

⁸⁹ *Chronica*, ed. cit., 138.

⁹⁰ *Chronica*, ed. cit., 73.

em encontrar elementos que possam preencher completamente os anos que medeiam entre 1549 e 1570: "na Bahia passara esteril o anno que começa de 1557, pela queixa que já fiz muitas vezes, de não se occupavam em escrever nossos antigos: he necessario andar mendigando de anno em anno noticias, como havidas por esmola, de papelinhos velhos achados acaso: porque os apontamentos do Padre Joseph, e alguns outros que n'elles estribão, e vem a ser o mesmo, nem tem os annos todos, nem tudo; antes nem a centissima parte dos feitos dignos de memoria d'aquelles ditos tempos da Companhia, que pera bem houveram de andar impressos, não só no papel mas nos corações, pera exemplo dos que prosseguimos sua empresa. Passe embora em silencio o presente anno: o certo he que não passarão aquelles obreiros com huma mão sobre outra mão"⁹¹.

Por tudo isto, a *Chronica da Companhia de Jesu no Estado do Brasil* vai-se construindo em permanente relação intertextual — elaborando a sua dimensão de verdade, ao procurar discutir as fontes que alegadamente utiliza. Corrige Pedro Mariz e Estevan de Paternina, por exemplo, em relação ao ano da chegada de Duarte da Costa e Mem de Sá e António de Vasconcellos e Baltasar Telles, pelo que diz respeito ao momento da fundação do colégio da Baía⁹². Limita-se, por conseguinte, a acertar datas e não ao desenvolvimento

⁹¹ *Chronica*, ed. cit, 128.

⁹² "Bem sei que dizem alguns que foi esta partida e chegada do governador D. Duarte da Costa ... no anno de 1552. Assi o tem Pedro de Maris, de Varia Historia, dialogo 5, cap. 2. E o que mais he, que o livro dos assentos d'este collegio da Bahia, em que se escrevem por ordem de annos, e dias os Missionarios que vem pera esta provincia, tem assentado a vinda dos presentes em 1552, o que revela foi erro de computo ou de penna; que achei também em outras lembranças de mão antigas, fundadas todas (ao que parece) no ditto assento. E que seja erro verifiquei claramente por outro assento mais certo do Padre José de Anchieta, que como vimos, foi hum dos que chegaram em companhia de D. Duarte, e tem de sua propria letra em partes diversas de seus Apontamentos pagina 37 e 38, que foi esta chegada no anno de 1553, partindo de Lisboa na companhia do segundo Governador D. Duarte da Costa, a 8 de Maio. O mesmo seguem Nicolao Orlandino ... o que tira toda a dúvida, he a diligencia que fiz no livro antigo dos Registos da Fazenda Real ... E d'esta diligencia ficão confutadas as opiniões de alguns que dizem, que veio no anno de 1556, e que seu antecessor governou sete annos (que vem ao mesmo) e tudo fora da verdade" (Livro I, 80-81) e "No anno do Senhor de 1558 chegou à Bahia de Todos os Santos Mem de Sá, terceiro Governador do Estado do Brasil, segundo o assento authenticico do Livro dos Registos, que achei em poder do Escrivão da fazenda real. onde está lançada a provisão do seu officio, que se passou em 23 de Julho de 1556; mas está registada na Bahia no anno ditto de 1558: d'onde se convence o engano de Pedro Maris, Dialogo 5.º, e outras Memorias manuscritas que vi, e dizem que esta chegada foi no anno de 1555. O que sem duvida foi erro dos computos que fizeram, dando a cada Governador dos antecedentes tres annos ajustados, que começando do anno 1549, acabavão no anno que dizem de 1555: não advertindo que em partes tão distantes, raramente, ou nunca pode ser certo aquelle seu ajustamento mathematico. Menos razão de fundamento acho ao Padre Estevão da Paternina, liv. 2.º da Vida do Padre Joseph de Anchieta cap. I, aonde suppõe que foi feito governador Mem de Sá no anno de 1559: e tudo foi engano de computos de pessoas ausentes". Em relação à fundação do colégio da

dos acontecimentos propriamente ditos. O padre Vasconcellos trabalha, sem verdadeiramente discutir a credibilidade efectiva das fontes de vária natureza, legitimadoras, em seu entender, do que tinha sido a acção da Companhia no Brasil, orientado não só pela necessidade de mostrar Nóbrega como Apóstolo das Américas como S. Francisco Xavier o havia sido das Índias, mas também pela preocupação em descrever uma realidade singular, a dos índios da América, profundamente diversa da encontrada em África, na Ásia ou no Japão, que justificaria, assim, soluções originais. Deste ponto de vista, é óbvio que valorize a documentação deixada por Nóbrega e Anchieta, não se atrevendo sequer a pôr em dúvida as informações veiculadas.

Sabe-se hoje, sobretudo depois de Capistrano de Abreu ou de Vaargahen, e sobretudo Serafim Leite, que muitas das informações do Padre Vasconcellos sobre acontecimentos que tiveram lugar um século antes não são fidedignas, avaliadas no confronto com documentação contemporânea. Haja em vista o relato da fundação de S. Paulo por Nóbrega, uma das variadas inexactidões da *Chronica*⁹³, embora o “erro” de atribuição do poema latino *De Gestis Mendi de Saa* ao Padre José de Anchieta esteja hoje liberto de suspeição.⁹⁴ Contudo, se a *Chronica* não é muitas vezes fiável como fonte — narrar factos ocorridos um século antes implicaria um labor crítico de que o Padre Vasconcellos parece não dar provas face à documentação coeva — não deixa de ser, por isso, um texto de valor «ideológico» inegável, na medida em que o autor ao seleccionar, conscientemente ou não, versões que não correspondem à «verdade» factual, o faz sempre na tentativa de criar uma imagem da actuação da Companhia na Assistência do Brasil que nada ficasse a dever, muito pelo contrário, numa terra, que até do ponto de vista milenarista do regresso da idade do ouro, ele apresentava como o lugar do paraíso terreal, à conhecida e reputada acção dos jesuítas no Oriente, numa senda de prestígio que tinha no seu caminho santos, mártires mas também matemáticos, astrónomos e geógrafos eminentes que pela sua formação científica penetravam até nas cidades sagradas da China.

Baía. Livro III (29): “... n’este mesmo anno o Serenissimo Rei D. Sebastião ... dotou o collegio da Bahia ... O que quisemos advertir aqui, porque alguns authores nomeão a El-Rei D. João...”

⁹³ Questão explorada, mostrando que Vasconcellos não pode ser tido como uma fonte primária, por Serafim LEITE, *Novas Páginas da história do Brasil*, Lisboa, 1962.

⁹⁴ Serafim LEITE, *O ‘Poema de Mem de Sá’ e a pseudo-autoria do Padre José de Anchieta*, sep. da *Brotéria*, vol. LXXVI (1963). Os estudos mais recentes, contudo, têm vindo a considerar a atribuição do poema a Anchieta como segura (Américo da Costa RAMALHO, *Anchieta em Coimbra, Humanitas XXIX-XXX (1977-1978)*, 226; *Ainda, Anchieta e Coimbra in Actas do Congresso Internacional “Anchieta em Coimbra” – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Porto, 2000, 75-86; Jorge Alves OSÓRIO, *Considerações em torno do ‘De Gestis’ do Pe. José de Anchieta*, *ibid.*, 681-703.

3. Entre guerras e conversões: a liberdade dos Índios.

Do texto da *Chronica da Companhia no Estado do Brasil* ressaltam, pelo que diz respeito aos desenvolvimentos temáticos, no sentido de insistências e persistências, dois núcleos fundamentais: por um lado a narração da actividade dos jesuítas, na doutrinação dos índios, verdadeiramente com exclusão de todas as outras congregações, como se o Brasil «evangelizado» fosse uma criação da Companhia, no contacto com os respectivos costumes, no estabelecimento de aldeias e colégios; por outro, e muito especialmente no segundo volume, o amplo conjunto de biografias devotas, que torna este texto, como era usual nas crónicas das ordens religiosas, também um *Flos Sanctorum*. Simão de Vasconcellos preocupa-se, assim, em descrever uma realidade diversa, em termos de evangelização e missão, das usuais em África, na China ou no Japão, uma realidade que Nóbrega e os seus companheiros haviam defrontado com muitas dificuldades, na medida em que as populações autóctones se comportavam de maneira muito diferente, exigindo dos jesuítas mudanças de métodos e critérios, bem patentes, por exemplo na correspondência de Manuel da Nóbrega ou de Anchieta⁹⁵.

A *Chronica* foi publicada em 1663. Em 1638 Luís Figueira tinha iniciado as controvertidas e discutidas experiências de separação entre "aldeamentos" e povoações portuguesas com tudo o que implicavam de adaptação aos costumes indígenas. Entre 1653 e 1655 tinha tido lugar a conhecida «visita» ao Maranhão do Padre António Vieira, expulso com alguns companheiros em 1661, e o problema da legitimidade da escravatura, por exemplo, passava um dos seus momentos mais polémicos⁹⁶. Sabe-se como a descoberta das Américas

⁹⁵ Serafim LEITE, *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, II (1553-1558), S. Paulo, 1957; III (1558-1563), S. Paulo, 1957. *Cartas e mais Escritos do P. Manuel da nóbrega (Opera Omnia)*, Coimbra, 1955.

⁹⁶ Sobre estas questões existe uma ampla bibliografia. Sobretudo Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ed. cit. e *Monumenta Brasiliae*, Roma, 1956; Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, 1931-1950; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1917-1924. A biografia do padre Luís Figueira deve-se também a Serafim Leite, *Luís Figueira, a sua vida heróica e a sua obra literária*, Lisboa, 1940. O texto da visita do Padre António Vieira encontra-se em S. Leite, ed. cit., vol. IV, 107-128. A acção da Companhia e de outras congregações religiosas que actuaram no Brasil é estudada, de um outro ponto de vista que não o de Serafim Leite, embora nele constantemente se baseie, em *História da Igreja no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1983, estudo acompanhado de uma informada bibliografia. Na *Historia* de Serafim Leite, podem ver-se exemplos vários de cartas equacionando o problema da liberdade dos Índios: Miguel Garcia, *Carta ao Padre Geral Acquaviva da Bahia*: sobre graus e ressaibos da universidade do collegio da Bahia: sobre a liberdade dos indios, de que era defensor, tornando-se-lhe intoleráveis as confissões dos moradores, 26/1/1583 (ed. cit., I, 98 e II,

originou um controverso debate teológico, político e doutrinário sobre o estatuto dos índios americanos e respectiva escravização. A questão pôs-se quase logo depois da descoberta da América e discutia, entre outros problemas, se o canibalismo de que algumas das tribos davam provas tornava lícita a escravatura. A doutrina essencial, fixada por Francisco de Vitória (1486-1546)⁹⁷, tido como o fundador da Escola Ibérica de Direito Natural, na sequência das discussões sobre o «estatuto teológico, ético, jurídico, político dos 'novos homens'»⁹⁸ ordenadas pelos reis de Espanha a partir de 1504, estava configurada no tratado *De Indiis* e sublinhava, nas palavras de António Manuel Hespanha, «a regulação ético-jurídica da política das coroas»⁹⁹. Em 1620 e 1639, tinha sido publicada em Madrid a discutida obra do jurisconsulto auditor da audiência de Lima e mais tarde fiscal do Conselho das Índias, Juan de Solorzano Pereyra (1575-1654), *De indiarum Jure*, traduzida para espanhol, em 1647, várias vezes citada pelo Padre António Vieira e parcialmente condenada pelas suas excessivas considerações de teor «regalista»¹⁰⁰. O seu «Libro Segundo» intitulado «En que se trata de la libertad, estado, y condiciones de los Indios. Y á que servicios personales pueden ser compelidos por el bien publico»¹⁰¹ parece informar, embora tal nunca seja admitido explicitamente, as considerações expendidas por Simão de Vasconcelos, pelo que diz respeito às responsabilidades da acção missionária que, na linha do Padroado, competia ao rei como vigário do pontífice na América. Por outro lado, equacionar a questão da liberdade dos índios, frisando o direito de posse das suas terras, implicava tocar na fronteira da «guerra justa», na esteira de uma ampla tratadística que procurava fixar-lhe os contornos à luz do direito natural. Em relação às outras nações europeias, Portugal tinha na América o direito de preferência concedido pelas bulas papais; face aos índios possuía em relação aos submetidos, direitos de soberania e tutela; aos outros, os direitos inerentes ao direito das gentes; isto é, se aos colonos assistia o direito do conquistador, aos índios competia submeter-se às

227, 440); Gonçalo Leite, *Carta ao Padre geral contra os homicidas e roubadores da liberdade dos índios do Brasil*, 20/6/1586 (ed., cit., II, 229).

Convém ainda recordar que o próprio Simão de Vasconcelos tinha tomado posição em defesa do Padre Jacob Roland (1638-1684) contra o capitão Garcia de Ávila, grande proprietário de S. Francisco (Serafim LEITE, *Historia*, ed. cit., IX, 173-183).

⁹⁷ *De Indiis et Jure Belli in Theologicae Relectiones*, XII, Lugduni, 1557.

⁹⁸ António Manuel HESPANHA, *Luís de Molina e a escravização dos negros in Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, 937-960.

⁹⁹ António Manuel HESPANHA, *Luís de Molina e a escravização dos negros*, ed. cit., 939.

¹⁰⁰ Francisco Xavier AYALA, *Ideas canónicas de Juan de Solórzano. (El tratado De Indiarum Jure y su inclusión en el Índice, Anuario de Estudios Americanos, 1947, IV, 579-614.*

¹⁰¹ Cito a partir da edição da B.A.E., de Madrid, 1972, com estudo preliminar de Miguel Angel Ochoa Brun.

leis portuguesas, como vassallos do monarca, com todos os direitos próprios dos evangelizados.

A *Chronica da Companhia no Estado do Brasil* concede uma enorme atenção ao desenvolvimento da controversa questão da liberdade dos índios e à especificidade da realidade brasileira no contexto da América do sul¹⁰², procurando, simultaneamente, acentuar a espinhosa missão que se deparava a Nóbrega e aos seus companheiros, principalmente porque as dificuldades provinham quer das características dos indígenas em si "... gente bravia e arreigada em seus costumes bárbaros, principalmente no de comer carne humana, ter muitas mulheres, ódios, guerras, feitiçarias e excesso de vinhos"¹⁰³ quer "porque os Portugueses, que allí já estavam e começavão a povoar logares, vivião a modo de gentios; e os gentios com o exemplo destes hião fazendo menos conceito da lei dos Christãos". Deste modo, "da conversão dos portugueses dependia em muita parte a dos índios" e, nas palavras de Simão de Vasconcellos, dependia também, em larga medida, a paz, sobretudo quando as condições algo idílicas da chegada se tinham inexoravelmente vindo a transformar: "Destas guerras não pude achar informação particular: a raiz delles sabe-se que foi mais antiga, desde os primeiros fundadores das Capitánias, quando tomavão posse dellas por mando dos Reis de Portugal: porque forão notando os naturaes da terra em nossos Portugueses outra intenção muito differente da com que aportarão a ella em Porto-Seguro: então tratavam com elles como hóspedes, mostravão allegrar-se com sua presença, e enchião-nos de favores e mimos: porém agora havião-se como inimigos, pretendião desterrallos de suas pátrias, fazer-se senhores dellas e ainda de suas liberdades. Para remediar d'estes males, e defensão sua natural, passarão palavra por toda a costa do Brasil, e confederarão-se as nações, suspendendo os arcos que maneavão entre si, passando a força delles contra os Portugueses inimigo comum"¹⁰⁴. Para Simão de Vasconcellos o cenário dos anos que relata, projectado, certamente, no tempo em que vive, revela-se complexo de vários pontos de vista, essencialmente porque os colonos não se

¹⁰² *Notícias*, ed. cit., XCVII: «Quando vião aquelles primeiros Portugueses hum Indio Tapuya, hum corpo nú, huns couros, e cabellos tostados das injurias do tempo, hum habitador das brenhas, companheiro das feras, tragador da gente humana, armador de ciladas; hum selvagem emfim cruel, deshumano, e comedor de seus proprios filhos: sem Deus, sem lei, sem Rei, sem patria, sem república, sem razão: não era muito muito que duvidassem, se era antes bruto posto em pé, ou racional em carne humana» [...] E quem duvida que o Tapuya mais montanhez, reduzido a tratto politico, póde tornar a aperfeiçoar o lustre perdido da humana especie? Muitos vi com meus olhos trazidos do toco das brenhas, e na apparencia huns brutos: e comtudo andados os annos, com a criação, e doutrina dos Padres da companhia, os achei depois tão trocados, que quasi os não conhecia» (XCVIII).

¹⁰³ *Chronica*, ed. cit., 38.

¹⁰⁴ *Chronica*, ed. cit., 38.

comportavam como verdadeiros cristãos, não podendo, assim, muito pelo contrário, constituir um exemplo a imitar.

Ao equacionar a questão da «guerra justa» que legitimava alguma escravatura, o autor inventaria as situações que levam os índios às acções guerreiras. Deste modo, salienta, e tal realce subsiste em vários momentos da narrativa, que os índios não partem para a guerra por iniciativa própria, ou em maior rigor, sem motivo: partem, porque os colonos portugueses os querem fazer escravos: "Durarão estas pazes em quanto durou a paciência dos Índios; porque a gente portuguesa, não contente com senhorear a terra, passava a senhorear as pessoas: e como em caso de liberdade natural, todo o homem, por mais tosco que seja, acuda por si; houverão de tornar a rompimento muitas destas nações¹⁰⁵. Partem, porque industriados por vontades alheias — nos casos relatados, por acção dos franceses¹⁰⁶, facto que, de algum modo nas palavras do autor, os desresponsabiliza. No entanto, no contexto da guerra que entendem como «justa», a que responde a ataques ou «vinga» pretensos crimes e traições, os jesuítas participam, animando os soldados, pregando, ajudando a morrer cristãmente. Independentemente das interpretações várias que diferentes discursos historiográficos têm vindo a atribuir a estas lutas que pontuaram com violência a colonização — para muitos o caminho aberto para os engenhos de açúcar — importa frisar em nome de que princípios distingue o autor da *Chronica* o justo e o injusto na guerra contra os indígenas, na senda de um longuíssimo debate que fazia o seu caminho desde os finais do século XV¹⁰⁷. Na traição à paz firmada — muitas vezes por intermédio dos padres¹⁰⁸ — reside o motivo que justifica a guerra, fundamentalmente se a traição se acompanha da morte de colonos apanhados de surpresa¹⁰⁹. A *Chronica* descreve como legíti-

¹⁰⁵ A apetência dos colonos portugueses pela escravatura dos Índios está patente em vários passos do texto de Simão de Vasconcelos "Vivia-se de raptos dos Índios, era tido o officio de assalteallos por valentia, e por elle eram os homens estimados" (41) ... "tirando os homens da cegueira em que vivião, desarreigando-os da sensualidade, lançando-lhes de casa as ocasiões, casando-os com as próprias amigas, fazendo-lhes largar o abuso de saltar os Índios (a mor fineza a que então podiam chegar)" *Chronica*, ed. cit., 43.

¹⁰⁶ *Chronica*, ed. cit., 35: "Declarou este successo a duvida, e logo a foi mostrando mais às claras a experiência: porque estava tudo ardendo em aprestos de guerra: os portos por onde podia ser acometido o inimigo, cobertos de canoas armadas; as praias cheias de Tamoyos empennados ferindo o chão e os ares, ameaçando rompimento de guerra: tudo disposições industriadas pela nação Francesa".

¹⁰⁷ Em *Os Descobrimientos e a política cultural do século XVI* (Lisboa, 1982), José Sebastião da Silva Dias entende que a concepção de «guerra justa» de matriz jesuítica depende da obra de um autor anónimo intitulada *Tratado sobre a guerra que será justa*.

¹⁰⁸ *Chronica*, ed. cit., 8, 9.

¹⁰⁹ *Chronica*, ed. cit., 62, 69, passim.

mas — porque resultantes da traição e do assassinio de portugueses¹¹⁰ — as conquistas de Salvador e Reconcavo na Baía, sob o comando de Mem de Sá e do Rio de Janeiro e da Baía de Guanabara sob o de Estácio de Sá. Do texto de Simão de Vasconcellos é possível retirar, com alguma clareza e precisão, elementos que, independentemente de outros que têm vindo a ser aduzidos, manifestam a aliança preferencial entre Nóbrega e Mem de Sá, corporizada pela conformidade das decisões de ambos e pelas constantes consultas do governador ao jesuíta registadas pelo texto¹¹¹. Enquanto, pelo que diz respeito a Tomé de Sousa e Duarte da Costa, se alude de passagem à sua nobreza e experiência guerreira¹¹², Mem de Sá merece um retrato particularmente desenvolvido que releva as "virtudes heróicas"¹¹³, os "os oito dias de exercicios espirituais ... à instrução do Padre Manuel da Nóbrega"¹¹⁴, executados logo que chegou a terra, a "vida exemplar". A *Chronica* desenvolve um discurso que tende a justificar e caucionar as guerras empreendidas por Mem de Sá, num contexto em que as efectuadas pelos primeiros colonos tinham aparecido como tendencialmente injustas. Obviamente a legitimação maior ocorria nas instruções de D. João III, que a *Chronica* anota — "Trazia elle por regimento do zelo d'El Rei D. João III, de boa memoria, que procurasse em seu governo todos os meios possíveis trazer

¹¹⁰ *Chronica*, ed. cit., 30 e 40. Naturalmente que o discutido problema da guerra justa deve ser equacionado em múltiplas frentes: por um lado, as *Cartas* de Nóbrega que a *Chronica*... retém, sobretudo quando Manuel da Nóbrega debate o célebre caso da Mesa de Consciencia (*Cartas*, ed. cit., 327-397) ou quando responde ao Padre Quirício Caxa (ibid., 398) ou ainda no conhecido *Dialogo sobre a Conversão do gentio* (Lisboa, 1954); por outro, não podemos deixar de recordar as indicações de L. de Molina, *De Justitia* (Veneza, 1594), Tomo I, sobretudo as Disputas 33, 34 e 35. e ainda os elucidativos comentários de S. Leite sobre a reedição da obra de Sandoval in *A Companhia de Jesus e os pretos do Brasil*, Brotéria, 1959.

¹¹¹ *Chronica*, ed. cit., 34: "que podendo tomar conselho com o Padre Nóbrega, não obrasse cousa de importância sem ele, pelo grande conceito que tinha da sua virtude e prudência" ... "avistar-se com o Padre Nóbrega" (35); "avistado aqui o Capitão-mor com Nóbrega e tomando de novo conselho com elle" (36); "Era grande o conceito que tinha o Capitão mor da prudência e virtude de Nóbrega, até então por fama, agora já por experiência" e ainda *Chronica*, ed. cit., 48, 49, 64, 71, 129 (livros I e II). A aliança de Manuel da Nóbrega e Mem de Sá é o tema de um poema em latim atribuído a Anchieta *De Gestis Mendi de Saa*, publicado no primeiro volume das obras de Anchieta, em S. Paulo, 1970. S. Leite em *O poema de Mem de Sá e a pseudo-autoria do Padre José de Anchieta*, (sep. da Brotéria, ed. cit.) refuta, como salientei, a autoria de Anchieta.

¹¹² *Chronica*, ed. cit. 80. Pelo que diz respeito a D. Duarte da Costa, estão estudadas as dificuldades que pautaram a acção deste Governador, fundamentalmente em virtude das difíceis relações entre o seu filho e o bispo Fernandes Sardinha. Preso aos paradigmas de missionação que havia conhecido em África. (Manuel da Nóbrega, *Cartas*, ed. cit., sobretudo 319, que transcreve a missiva de Julho de 1559, dirigida a Tomé de Sousa).

¹¹³ *Chronica*, ed. cit., 138.

¹¹⁴ *Chronica*, ed. cit., 139.

à Fé de Christo os Índios do Brasil" —¹¹⁵, embora se prolongue por razões que passam pela traição à paz, reincidência nos ritos gentílicos, que repetidamente pontuam o relato: "Vierão queixas que certos Índios contrarios aos que já vivião em aldeias, fizeram treição aos moradores d'ellas, matando tres subditos seus, que sem mau dolo estavam pescando em huma praia e depois de mortos os comerão. Aqui entrou em zello de justiça o christianissimo Governador, sentindo mais o desacato da honra de Deus que o de seu bando"¹¹⁶.

A ambivalência sugerida no tratamento da questão da legitimidade da guerra desaparece, porém, quando Simão de Vasconcellos discute concretamente, isto é, reportando-se ao seu tempo, a sempre espinhosa questão da liberdade dos índios. No sentir do autor da *Chronica* este continua a ser o problema maior da acção da Companhia de Jesus no Brasil, "que hoje persevera e perseverará em quanto durar entre os Portugueses a immoderada cobiça de cativar os Índios, e nos Padres da Companhia o zelo de sua liberdade"¹¹⁷. Expondo e referindo a um tempo que é o *seu*, traduzido pelas formas verbais escolhidas, "que hoje persevera e perseverará", as vertentes polémicas de uma questão amplamente debatida, Vasconcellos enuncia, através dos exemplos de que se serve, — e daí o espaço concedido às peripécias e dificuldades que acompanham as atitudes dos primeiros jesuítas face a este problema particular — as linhas mestras do enquadramento em que se move, entendendo que nada se resolverá enquanto de um lado estiverem os colonos que querem fazer dos índios escravos e do outro a Companhia de Jesus lutando pela sua liberdade de cristãos de pleno direito. A *Chronica* nunca se detém no problema da escravatura negra, patente em cartas de Manuel da Nóbrega¹¹⁸, nem reflecte, nem tal se lhe pode pedir, a muito provável necessidade intrínseca que o sistema colonial tinha dos escravos para subsistir. De todas as atitudes relativas à liberdade dos Índios, Simão de Vasconcellos regista apenas os exemplos que claramente repudiam e condenam a privação desse direito. Nesse contexto, explicita que uma das primeiras e mais graves contrariedades que os padres defrontaram, no tempo de Manuel da Nóbrega, consistiu, justamente, na dificuldade de intervenção, sentida como abusiva pelos colonos, em relação à necessidade de libertação dos escravos: "tinha trazido o P. Leonardo provisão do Governador Geral, em que mandava fossem restituídos os Índios, que os Portugueses haviam cativado contra justiça, ou em caminho ou em suas terras,

¹¹⁵ *Chronica*, ed. cit., 138.

¹¹⁶ *Chronica*, ed. cit., 142.

¹¹⁷ *Chronica*, ed. cit., 44.

¹¹⁸ Ver sobre esta questão o recente e já citado estudo de António Manuel HESPANHA, *Luis de Molina e a escravização dos negros*, ed. cit. Sobretudo, pelo carácter exemplar, a carta de Manuel da Nóbrega a D. João III in *Monumenta*, ed. cit., I, 293: "E mande dar alguns escravos de Guiné à casa...".

ou de outro qualquer modo ... pera que fossem todos postos em liberdade ... Se os Padres (dizião elles) vem a tratar das almas, porque não tratam dellas e do seu instituto somente? Porque se metem com os Indios dos pobres? Porque lhes hão-de tirar seu remédio? Querem que vão suas mulheres à fonte e rio? E que vindo de suas terras a senhorear o Brasil, fiquem iguaes aos naturaes delles?"¹¹⁹ A estes argumentos respondiam os jesuítas que "ninguém pode salvar-se sem restituir o alheio" repetindo que, pela liberdade dos Índios estavam dispostos a dar a vida: "He tanto de meu instituto, tanto de direito divino, natural e humano, e tão digna empresa de religiosos peitos, que só por esta causa perderemos as vidas [...] e cuidaremos que então as ganhamos"¹²⁰.

A *Chronica* retém, aliás, a legislação de Mem de Sá contra a escravatura índia¹²¹, reproduz leis posteriores que ultrapassam o âmbito temporal proposto¹²², assinalando e denunciando a importância que o problema continuava a ter no tempo do cronista, e legítima apenas uma ocorrência — quando em situação de guerra justa, cujas coordenadas já enunciei — asserção que, de resto, ocorre uma única vez, justamente no contexto da biografia de Manuel da Nóbrega "Em nenhum modo de cativo de Indios consentia, excepto somente no de justa guerra: todos os mais que então se usavam tinha por injustos"¹²³.

Lado a lado com as preocupações com a liberdade dos indígenas a *Chronica* relata, com alguma insistência, as actividades educativas e catequéticas, desde a fundação de colégios e confrarias¹²⁴, às escolas de doutrina cristã que privilegiavam o ensino das crianças encarando-as como o melhor meio de chegar aos adultos: "A primeira traça com que sahirão foi fazer familiares de casa (ainda à custa de dádivas e mimos) os meninos filhos dos Indios; ... são mais fáceis de doutrinar; e doutrinando os filhos, por elles se começarião a doutrinar os pais"¹²⁵. Naturalmente que estas iniciativas esbarravam com dificuldades que Simão de Vasconcellos não ilude: por um lado, os pais resistiam a entregar os filhos, por outro, os jesuítas desconheciam as línguas indígenas: João de Aspilcueta Navarro é tido como o primeiro que conseguiu pôr em "lingua brasilica" algumas orações e diálogos. No entanto, verdadeiros "línguas" foram Pedro Correia e António Rodrigues que já viviam

¹¹⁹ *Chronica*, ed. Cit., 45.

¹²⁰ *Chronica*, ed. cit., 46.

¹²¹ *Chronica*, ed. cit., 141.

¹²² *Chronica*, ed. cit., 26 e 27.

¹²³ *Chronica*, ed. cit., 128.

¹²⁴ *Chronica*, ed. cit., 70.

¹²⁵ *Chronica*, ed. cit., 82.

no Brasil quando entraram na Companhia, Leonardo do Vale (1538-1591), lente de tupi no colégio da Baía e autor de um *Vocabulário na lingua Tupi*, editado apenas em 1938 e de uma *Doutrina Cristã na Lingua do Brasil* que permaneceu manuscrita¹²⁶.

Através da acção catequética e pedagógica dos jesuítas, assistimos ao esforço de adaptação de um modelo educativo europeu à realidade indígena, aos sucessos e derrotas¹²⁷, à tentativa prosseguida por alguns padres de aproveitamento dos gostos e inclinações dos Índios, em particular pela música e pelo canto. A catequese propriamente dita acabava por revestir várias formas, do sermão ao diálogo, da transcrição em línguas indígenas, tendo em conta a facilidade e brevidade das respostas, à catequese missionária imbuída na maioria das vezes de grandes perigos físicos.

Intimamente ligados à difusão de modelos educativos e à sempre presente questão da escravatura e da mão de obra indígena estavam os "aldeamentos", que Simão de Vasconcellos descreve minuciosamente, como experiências de convivência pastoral, que suscitaram inúmeros problemas com os colonos, e as actividades dos colégios, ambas profundamente estudadas por Serafim Leite. A *Chronica* testemunha, sobretudo, a actuação de Luís da Grã, antigo reitor do Colégio de Coimbra, colateral de Nóbrega no Provincialato e depois Provincial de 1559 a 1561, e o empenho do Provincial na criação de escolas e colégios que permitissem e facilitassem a reprodução de modelos pedagógicos, morais e sociais de carácter europeizante¹²⁸. Neste quadro de missionação, a figura de José de Anchieta, se bem que debaixo da sombra tutelar de Manuel da Nóbrega — esta é a crónica do primeiro «Apóstolo do Brasil»... — impõe-se modelarmente¹²⁹. O relato das suas acções e actividades revela o conhecimento da realidade brasileira, as dificuldades de convivência com os indígenas, a vontade em aprender as "linguas brasilicas", as qualidades de professor¹³⁰, altamente valorizadas por Simão de Vasconcellos.

4. No caminho para a santidade: as biografias devotas.

Ao longo da *Chronica da Companhia de Jesu do Brasil* desfila uma verdadeira galeria de retratos, que a tornam quase uma compilação de *Legenda* e, por vezes, um quase *Flos Sanctorum*, à imitação, aliás, de uma prática comum

¹²⁶ *Chronica*, ed. cit., 183.

¹²⁷ *Chronica*, ed. cit., 6 e 7.

¹²⁸ *Chronica*, ed. cit., passim.

¹²⁹ *Chronica*, ed. cit., 205.

¹³⁰ *Chronica*, ed. cit., 206.

na escrita das crônicas de ordens religiosas que procuravam difundir a exemplaridade de vida dos seus santos ou «varões ilustres em virtude». Nóbrega, Anchieta, Inácio de Azevedo, João de Aspilcueta Navarro, Inácio de Loyola, Francisco Xavier, e mesmo o conflituoso Fernandes Sardinha¹³¹, Diogo Jacome, Salvador Rodrigues, Mem de Sá, D. João III, merecem «summas de vida» de cariz modelar. A atenção concedida a cada um destes casos não é obviamente a mesma. A Santo Inácio de Loyola e a S. Francisco Xavier — cujas vidas são tidas como conhecidas — dedicam-se apenas algumas linhas que, no caso do Apóstolo das Índias, não deixam de acentuar, sempre e uma vez mais, a similitude da missão atribuída a S. Francisco Xavier e a Manuel da Nóbrega. Os jesuítas, cuja morte ocorre no espaço temporal da crônica, merecem também uma "summa de vida", salientando as virtudes religiosas¹³², a prática da oração mental e vocal¹³³, o esforço no trabalho empreendido, a morte exemplar¹³⁴.

Simão de Vasconcellos procura preencher a lacuna a que tinha aludido na *Vida do Padre João de Almeida*, alguns anos antes, em 1658, demonstrando que a Província do Brasil não estava destituída de «homens santos» e possuía também os seus mártires, apesar da notória falta de textos que divulgassem tal existência. Por isso, o Livro IV dedica-se integralmente a relatar a "historia notável do martyrio insigne dos quarenta martyres da Companhia de Jesu no Brasil, Ignacio de Azevedo e seus companheiros com «breve summa das suas vidas" e "a morte ditosa do veneravel Padre Manuel da Nóbrega, fundador e primeiro Provincial d'esta Provincia, e suas heroicas virtudes." No fundo, os dois combates a travar em termos de canonização; de um lado os mártires, do outro o «santo» que faltava ao Brasil e daí o enquadramento quase hagiográfico¹³⁵ das «summas de vidas» dos jesuítas que pereceram com Inácio de Azevedo, cujo processo corria em Roma, com muita lentidão e dificuldades, e daí a apenas aparente segurança e certeza que transpiram das palavras

¹³¹ *Chronica*, ed. cit., 375.

¹³² *Chronica*, ed. cit., 282.

¹³³ *Chronica*, ed. cit., 180 e 263.

¹³⁴ *Chronica*, ed. cit., 6 e 7.

¹³⁵ Atente-se, no contexto das biografias devotas propostas por Simão de Vasconcellos, no texto da Licença do Santo Ofício, da responsabilidade de Frei Duarte da Conceição, acima referida: "Com tudo, como em discurso da historia trata o Author as vidas de alguns daquelles primeiros Missionarios, e nellas de algumas revelações, e obras ao parecer milagrosas, e algumas vezes lhes dá o título de Santos, e também do martyrio de Ignacio de Azevedo, e seus companheiros, aos quais nomeia martyres, contra o que o Breve e Decreto do senhor Papa Urbano VIII dispõe; he necessario, primeiro que se lhe dê a licença pera se estampar, fazer o Author em o principio da obra ou o fim della, protestaçoão e reserva do dito Breve, conforme sua explicação, como fazem todos os que depois de sua data escreveram vidas e feitos de varões insignes em virtude, e santidade".

escolhidas por Simão de Vasconcellos, como se de uma forma de pressão sobre a Cúria se tratasse: "estão", regista a *Chronica*, "formados estes processos, jurados, e authenticos por ordem dos Summos Pontifices, mas já em vesporas (como de sua clemência paternal esperamos) de declararem ao mundo o prêmio merecido dos que tão bem correram e pelejarão [...] São tão efficazes os argumentos d'estes processos, que já antes d'esta declaração, que só pertence ao Summo Pontifice na terra, tem o mundo dado a estes esforçados varões o titulo de martyres; não porque queira com ele canonizállos, mas porque entendem que he tão justa a causa, que se atrevem as gentes a pronosticar a sentença."¹³⁶

Os objectivos de reconhecimento de um estado de «santidade» explicam que as biografias de Nóbrega e Inácio de Azevedo dominem pela extensão e pelo pormenor, ainda que o autor vá, progressivamente, construindo um caminho que culminará na redacção da vida de José de Anchieta, cuja morte se verifica fora das balizas cronológicas que a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* a si própria se impõe.

A acumulação de dados, as indicações dispersas ao longo do texto, o recurso a testemunhos — nos casos de Anchieta e de Nóbrega os escritos de um funcionam como provas do outro e vice-versa e no caso de Inácio de Azevedo existe mesmo uma testemunha ocular do martírio e do comportamento exemplar do Provincial — revestiam-se da maior importância na instrução dos processos tendo em vista a beatificação e canonização. Simão de Vasconcellos traça estas duas pequenas *Vidas* através de um registo discursivo que hesita entre a biografia devota — quadro das "summas de vida" dos jesuítas cuja morte se verifica no âmbito das balizas temporais da *Chronica* — e a hagiografia. Com efeito, subjaz a estes retratos o modelo do *Apóstolo* corporizado por S. Francisco Xavier, de resto frequentemente termo de comparação para Nóbrega, como oportunamente mostrei, um Apóstolo das Índias, outro do Brasil, o que não impede o recurso a tópicos hagiográficos tradicionais: a previsão da morte, a revelação de "coisas ocultas", os "sucessos tidos por milagrosos"¹³⁷, o espírito de profecia...

O modelo de "santidade" emergente do texto de Vasconcellos privilegia a "nobre geração": Nóbrega "nasceu no século de pais nobres e virtuosos; primeiro fundamento dos bons», o pai era Desembargador, o tio, Chanceler-Mor e «ambos muito cabidos com a Pessoa Real"¹³⁸, Inácio de Azevedo pertencia às "antigas e claras familias dos Malafayas e Azevedos",

¹³⁶ *Chronica*, ed. cit., 119. Pelo que diz respeito à questão dos denominados "Mártires do Brasil", vejam-se as múltiplas referências feitas pelo Padre António Vieira, pessoalmente empenhado no processo das petições, ao longo das suas *Cartas*, relatando as dificuldades e atrasos por que passava todo o processo de beatificação. (Cf. Vol. II, pp. 277, 218, 317, 320, 327, 335, 340, 468, 473, 528.)

¹³⁷ *Chronica*, ed. cit., 253.

¹³⁸ *Chronica*, ed. cit., 345.

ressaltando, deste modo, o valor do que ambos abandonaram, mas não ignora o tópico tradicional da devoção precoce — "parece que do ventre da mãe trouxe consigo a devoção da Virgem"¹³⁹ e o dom das lágrimas — "Foi-lhe [Inácio de Azevedo] concedido aqui aquelle dom das lagrimas, por que tanto esperava Santo Agostinho por signal evidente do divino amor: erão n'elle tão copiosas, que deixava ordinariamente regada a terra onde tinha oração". Pelo que diz respeito a Nóbrega, o dom revela-se ainda mais evidente, pois as ocorrências são mais frequentes: "Dizia missa com grande devoção e copiosas lagrimas[...]" "que facilmente se soltava em lagrimas..." "Era ternissimo nas lagrimas[...]" "molhava o corpo do papel com lagrimas"¹⁴⁰.

As fontes apontadas por Simão de Vasconcellos — quer os textos quer os testemunhos — revelam-se particularmente significativas, sobretudo porque se inserem cronologicamente nos anos que assistiam ao desenvolvimento de um amplo debate sobre a discussão da natureza das fontes na literatura hagiográfica. Daí, a importância das impressões dos contemporâneos, num momento em que o paradigma de santidade de inspiração jesuíta privilegiava um "santo" activo, heróico, constante e tenaz, ligado ao lugar onde vive e às tarefas que empreende.¹⁴¹ Simão de Vasconcellos releva, particularmente no caso de Nóbrega, a dimensão do apóstolo, muito provavelmente julgada operativa face ao paradigma apresentado por S. Francisco Xavier. As Índias tinham o seu Santo. Mas o mesmo, apesar do texto de Vasconcellos que tanto insistia na figura modelar de Nóbrega, e pese embora a beatificação de Inácio de Azevedo, não aconteceu com o Brasil. Curiosamente, quem mais se aproximou do modelo que S. Francisco Xavier representava foi Anchieta, também um espanhol, de quem repetidamente a *Chronica* assinala e salienta a forte componente lusitana — porque estudara em Coimbra, porque falava português... — ambos, no entanto, ao serviço da Coroa portuguesa¹⁴². Para Anchieta esperava Simão de Vasconcellos, na *Vida* que dele escreveria, "que a benignidade da Santa Sede Apostólica, à vista de tão insólitas maravilhas com que tem admirado o mundo» depois de passados quase cem anos, se dignasse «levantar este facho de luz sobre o alto da Santa Igreja, para que alumie os sujeitos dela, em companhia dos

¹³⁹ Ver a aproximação feita por Simão de Vasconcellos na *Vida de ... José de Anchieta*, ed. cit., cap. I: "... Foram seus pais igualmente nobres, ricos e de conhecida virtude, a melhor herança dos filhos. Era o Varão natural de Biscaia, descendente da casa dos Anchietas, de parentes maiores em Guiposcoa. Desta casa se diz que algum tempo andou encontrada com a dos Loiola, solar do nosso santo Pathriarca Inácio".

¹⁴⁰ *Chronica*, ed. cit., 428.

¹⁴¹ Peter BURKE, *How to be a Counter-Reformation saint in Religion and society in early modern Europe, 1500-1800* (ed. Kaspar von Greyerz), Londres, 1984.

¹⁴² *Chronica*, ed. cit., 98.

mais santos que mereceram honra semelhante.¹⁴³ Contudo, esta *Chronica* era, verdadeiramente, a Vida de Nóbrega...

5. «Hei de escrever a heroica missão, que emprehenderão os Filhos da Companhia».

Redigida em permanente relação intertextual com outras crónicas da Companhia de Jesus, sobre apontamentos de jesuítas, da autoria de um antigo Provincial empenhado em conseguir para Nóbrega, à imitação de Xavier, o título de Apóstolo das Américas, a *Chronica [...] do Brasil* revela, evidentemente, pela sua natureza intrínseca e pela sua lógica interna, resultante da harmonização de diferentes pólos da narrativa — da história da Companhia de Jesus em termos globais, referindo os factos mais significativos do ponto de vista institucional, à narração da acção catequética, pedagógica e missionária nos anos de 1549 a 1570, às biografias devotas, às descrições de hábitos e costumes dos indígenas — a imagem que a Companhia de Jesus do Brasil queria dar de si mesma. E, nesse sentido, — não se lhe pode pedir que avalie a função social dos "aldeamentos" ou a justificação dos colégios —, é um texto a ser lido atentamente. Não se lhe peça, ainda, um juízo sobre o sistema de colonização do Brasil, que só pode ser feito pelo confronto deste com outros textos, de outra natureza, que ajude a penetrar nos muitos caminhos de actuação da Companhia.

A *Chronica da Companhia de Jesu no Estado do Brasil* é uma versão, aquela que provavelmente interessaria divulgar por aqueles anos de meados de seiscentos, tão complexos de tantos pontos de vista, mas sobretudo muito controversos para as estratégias de missionação levadas a efeito em terras de Vera-Cruz. Ao narrar as dificuldades e conflitos vividos por Nóbrega e pelos seus companheiros, Simão de Vasconcellos como que obliterava os movimentos de evangelização anteriores, reduzindo esses quase cinquenta anos a um enorme silêncio¹⁴⁴, como se a história da evangelização e missionação do Brasil fosse uma criação exclusiva da Companhia, numa opção por uma reconstrução historiográfica que valorizava a acção dos discípulos de Santo Inácio, tantas vezes posta em causa pelos colonos portugueses. Por outro lado, e dentro de uma lógica de prestígio que não pode ser esquecida, a Província do Brasil precisava de divulgar a existência dos seus «homens ilustres em virtude», dos seus mártires, na ausência efectiva de santos reconhecidos. E no Brasil a realidade era diversa das outras áreas de missionação onde a actividade da Companhia se desenvolvia: no Brasil, os índios não tinham nem rei nem Deus,

¹⁴³ S. de VASCONCELLOS, *Vida de veneravel Padre José de Anchieta*, ed. cit., Prologo.

¹⁴⁴ José Adriano de CARVALHO, *L'Evangelizzazione del nuovo mondo*, ed. cit., 221.

uns eram, nas palavras da *Chronica*, dóceis, outros bravios. As diferentes estratégias de missionação, da «sujeição pelo amor» ao método da conversão pelo «jugo de Cristo» e mais tarde, no século XVII, pela «redução» evidenciaram as contigências e dificuldades de objectivos que pareciam nunca terminar¹⁴⁵. Daí que não surpreenda que Simão de Vasconcellos ao elaborar a imagem da acção da Companhia que pretende ver divulgada, se prenda a um discurso que se organiza essencialmente por repetições, visando a persuasão: de situações, de iniciativas, de descrições paisagísticas marcadas por uma profunda beleza natural, de exemplaridades de *Vidas*, de vitórias que se transformam em derrotas, de índios que se convertem mas voltam ao estado inicial, de colonos portugueses que se opõem aos Padres, que estes convencem, mas que, porém, persistem uma vez e sempre em comportamentos condenáveis, traduzindo as dificuldades de uma empresa sempre começada e nunca terminada e salientando a tenacidade e esforço necessários para prosseguir.

Por outro lado, e na medida em que corria a instrução do processo de beatificação de Inácio de Azevedo e dos quarenta «mártires do Brasil», a *Chronica* possuía também uma particular dimensão pragmática, na medida em que relatava, convocando testemunhos, a morte «modelar» dos elementos em causa. De todos estes pontos de vista, o texto de Simão de Vasconcellos torna-se uma construção ou «re-construção» profundamente ideológica da justificação da acção da Companhia, anulando a presença de outras ordens religiosas — franciscanos, carmelitas, mercedários — inventariando os seus «homens santos», acenando com particularidades de uma natureza, símile perfeito do paraíso terreal, cuja importância em termos de império espiritual não escondia ressonâncias milenaristas. E tudo isto se inscrevia num discurso, marcado retoricamente pela dimensão da «utilitas», que o autor pretendia exemplar para todos os leitores, mas principalmente paradigmático para o universo dos elementos contemporâneos da Companhia, para que se revissem nas dificuldades de Nóbrega e não esquecessem a importância da ciclópica tarefa que tinham sobre os ombros. Ou talvez, e daí o forte investimento discursivo, para que todos os que não pertenciam à Assistência do Brasil reconhecessem que a presença de Cristo em terras de Vera-Cruz, mesmo tendo em conta conflitos e questões económicas, dependia dos jesuítas que para lá tinham ido, lá se mantinham ou lá nasciam, marcando, talvez até excessivamente, aos olhos de muitos contemporâneos, a importância, autonomia e singularidade da Província do Brasil.

Zulmira C. Santos
Universidade do Porto

¹⁴⁵ Jorge COUTO, *Estratégias e métodos de missionação dos jesuítas no Brasil*, ed. cit., 69-83.